

LARISSA DE ABREU QUEIROZ

**ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOBRE A DROGA CRACK: O
QUE DIVULGAM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Área de Concentração: Ciências Humanas e Políticas Públicas em Saúde.

Orientadora: Prof^{ra} Dr^a Fátima Büchele.

**Florianópolis
2015**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Queiroz, Larissa de Abreu
ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOBRE A DROGA CRACK: O QUE
DIVULGAM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO? / Larissa de Abreu
Queiroz ; orientador, Dr^a Fátima Büchele. - Florianópolis,
SC, 2015.
125 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-
Graduação em Saúde Coletiva.

Inclui referências

1. Saúde Coletiva. 2. Cocaína crack. 3. Meios de
comunicação. 4. Revisão. 5. Análise de Conteúdo. I.
Büchele., Dr^a Fátima . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. III.
Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

“Análise das informações sobre a droga crack: o que divulgam os meios de comunicação?”

LARISSA DE ABREU QUEIROZ

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE: MESTRE EM SAÚDE COLETIVA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ciências Humanas e Políticas Públicas

PROF. DR. RODRIGO OTAVIO MORETTI PIRES
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Saúde Coletiva

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fátima Büchele (Presidente)

Prof.ª. Dra. Carla Dalbosco (Membro Externo)

Prof. Dr. Fabrício Augusto Mengon (Membro)

Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pires (Membro)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e à espiritualidade, por me permitirem encarnar nesse mundo, por me presentear com tantas bênçãos ao longo desta vida e por me intuírem diariamente nas minhas decisões e no caminho do bem.

Agradeço meus pais, Hudson e Rosi, que foram os responsáveis por me dar a vida e por me apresentar esse mundo. Sempre serei grata por isso. Minha mãe, em especial, obrigada por ter passado cada minuto de vida ao meu lado, fisicamente e em pensamentos. Por me ensinar sobre honestidade, justiça, comprometimento profissional, organização e luta. Por viver cada segundo dessa correria comigo e por me apoiar. Meu desejo é te orgulhar sempre!

Obrigada aos meus irmãos, Gustavo e Meise, por serem meus companheiros de jornada, meus amigos, pais dos meus amados sobrinhos e a segurança de que nunca estarei sozinha nessa vida. Obrigada aos meus primos, a quem também posso chamar de irmãos, Gabriel e Túlio, por serem minhas referências de inteligência, de caráter e amizade. Ao Gabri obrigada pela ajuda com a formatação do projeto para qualificação e ao Tulinho pelas revisões do inglês. E agradeço também minha tia-madrinha Vanisi, por ter me dado de presente esses irmãos mais novos, meu amoroso padrinho e por ter sido sempre e realmente minha “mãe pequena”. Obrigada a toda a minha família e, mesmo não citando todos, cada um de vocês está no meu coração e contribuiu para que eu tivesse valores dos quais me orgulho.

Obrigada ao meu noivo, quase marido, João Raphael, por aguentar com paciência minhas correrias, minha ansiedade e eventual mau humor. Obrigada por ser meu ombro amigo, meu amor, minha motivação desde o início desse processo. Tua presença faz meu coração se encher de alegria e teu carinho incondicional me fortalece!

Agradeço às colegas de mestrado, Carolina, Sílvia e Thays pela amizade e por ouvirem os desabafos acadêmicos necessários ao longo desses dois anos. Um agradecimento especial à doutoranda do PPGSC Daniele Farina que muito contribuiu como segunda avaliadora nas análises dos dados dos dois artigos desse trabalho e pelo apoio na tão difícil reta final.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, por ter me recebido de braços abertos quando eu tinha 9 meses de idade no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), no ensino fundamental e médio no Colégio de Aplicação (CA), durante a graduação no Centro de Filosofia

e Ciências Humanas (CFH) e, agora, no mestrado no Centro de Ciências da Saúde (CCS). São quase 27 anos de UFSC e, sem dúvida, tenho essa instituição como referência de vida nos ensinamentos acadêmicos, profissionais e pessoais. Em especial, gostaria de agradecer ao Departamento de Saúde Pública, ao qual estou vinculada há 7 anos e onde amadureci muito profissionalmente. Serei eternamente grata aos aprendizados que esse local me possibilitou.

Agradeço à servidora técnico-administrativa Gorete Savi pela ajuda com as chaves de busca e com a revisão sistemática, pela disponibilidade e delicadeza.

Agradeço à banca de qualificação: Professor Walter Oliveira, Professora Sheila Lindner e Professora Sandra Caponi pelas valiosas colocações que muito contribuíram para este trabalho.

De forma especial e única agradeço minha orientadora Fátima Büchele, pela companhia quase diária ao longo desses 7 anos de trabalho juntas, pelos conselhos e abraços nos momentos de aflição, pela alegria compartilhada e pela vibração a cada conquista minha, pelos ensinamentos de vida e por realizar comigo esta dissertação. Você é um presente de Deus na minha vida!

Obrigada à CAPES, pela bolsa concedida ao longo desses dois anos de mestrado, a qual possibilitou maior dedicação a este trabalho.

Agradeço a todos os meus companheiros de jornada, inclusive os que não foram nomeados aqui, que tornam a caminhada por essa vida mais bonita e mais fácil.

QUEIROZ, Larissa de Abreu. **Análise das informações sobre a droga crack: O que divulgam os meios de comunicação?** 125f.. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fátima Büchele

Área de Concentração: Ciências Humanas e Políticas Públicas em Saúde.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivos analisar informações sobre crack veiculadas em dois jornais de circulação nacional e realizar revisão sistemática da literatura científica sobre crack e mídia. Para tanto, este estudo apresenta-se dividido em duas etapas: a primeira está constituída por uma revisão sistemática sobre crack e mídia nas bases de dados Lilacs, Medline, Psycinfo, SciELO e Scopus. As buscas originaram um total de 306 artigos e, após aplicados os critérios de exclusão e inclusão, 13 artigos foram selecionados para análise. Os resultados dessa etapa estão descritos no primeiro artigo científico *Crack e mídia: uma revisão sistemática da literatura científica*. A realização da revisão sistemática reuniu dados importantes sobre a abordagem da mídia, com foco específico para o crack e identificou dois temas presentes nas publicações: *Como o uso de crack é apresentado pela mídia* e *Percepção dos usuários sobre as informações divulgadas pela mídia*. A partir deles foi possível identificar que há defasagem no aproveitamento dos meios de comunicação para ações em saúde, como prevenção e promoção. A utilização de abordagem superficial ao tratar do uso de crack, reforça estigmas e preconceitos sobre os usuários, bem como processos de exclusão social, afastando-os dos serviços e ações de saúde. A segunda etapa do estudo consistiu em uma pesquisa documental de notícias sobre crack nos jornais Folha de São Paulo e Carta Capital. Foram coletadas 347 notícias dentro do período de 1 ano e, selecionadas 109 a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Dessa pesquisa resultou o segundo artigo científico *A abordagem da mídia jornalística brasileira sobre o crack*. Os resultados apontaram que as fontes mais utilizadas pelas reportagens foram políticos (39,45%), seguidos pelos profissionais jurídicos (20,18%) e depoimentos de usuários de crack (16,51%). Com relação às consequências sociais do uso do crack, as principais citadas foram tráfico (42,20%), confronto

com a polícia (15,60%) e roubos e/ou furtos (11,93%). A consequência física predominante nas matérias foi a dependência química (76,15%). Como intervenção ou alternativa para lidar com o consumo da droga, o tratamento foi apresentado em 62,39% das reportagens, seguido da repressão com 39,45%. Os dados mostraram uma abordagem alarmista no discurso midiático em relação ao crack, com poucas informações referentes a pesquisas científicas. Além disso, foram frequentemente utilizadas palavras e expressões que reforçam estigmas e preconceitos sobre o usuário.

Palavras-chave: Cocaína crack. Jornais. Meios de comunicação. Revisão. Análise de Conteúdo.

QUEIROZ, Larissa de Abreu. **Analysis of information about crack cocaine: what does the media portray?** 125p. Dissertation (Master in Collective Health), Post-Graduation in Public Health, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fátima Büchele

Concentration Area: Human Sciences and Public Policies in Health

ABSTRACT

This research aimed to analyze information about crack cocaine published in two national newspapers and to perform a systematic review of the scientific literature about crack cocaine and media. In order to This research is divided in two stages: the first is a systematic review about crack cocaine and media on the databases Lilacs, Medline, Psycinfo, SciELO e Scopus. The searches originated a total of 306 articles and, after the application of inclusion and exclusion criteria, 13 were selected for analysis. The results of this stage are described in the first scientific article: Crack cocaine and media: a systematic review of scientific literature. The realization of this systematic review gathered important data about the media approach, with specific focus on crack cocaine, and identified two topics present in publications: How the crack cocaine use is shown by the media and the perception of the users about the information released by the media. Based on them it was possible to identify that there is a gap in the communication means usage for health actions, as prevention and promotion. The usage of superficial approaches when discussing the crack cocaine use reinforces stigmata and prejudice against the users, as well as social exclusion, diverging them from health services and actions. The second stage of the study is a documentary research on the news about crack cocaine in the newspapers Folha de São Paulo and Carta Capital. We collected 347 news in a period of an year and 109 were selected using inclusion and exclusion criteria. From this research resulted the second scientific article: The brazilian journalistic media approach about crack cocaine. The results showed that the most used sources by the articles were politicians (39.45%), followed by law professionals (20.18%) and crack cocaine user testimonials (16.51%). The main social consequences of the crack cocaine use mentioned were traffic (42.20%), clashes with police (15.60%) and thievery (11.93%). The predominant physical result in the articles was chemical dependency (76.15%). As intervention or

alternative to deal with the drug use, the treatment was mentioned in 62.39% of the articles, followed by repression, mentioned in 39.45% of the articles. The data showed an alarmist approach in the media discourse related to crack cocaine, with little information regarding scientific research. In addition, words and expressions that reinforce stigmata and prejudice against the drug user were frequently used.

Keywords: Crack Cocaine. Newspapers. Communications media; Review. Content analysis.

APRESENTAÇÃO

A dissertação intitulada *Análise das informações sobre a droga crack: o que divulgam os meios de comunicação?* está inserida na linha de pesquisa Saúde Mental, área de concentração em Ciências Humanas e Políticas Públicas em Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina e está estruturada em duas partes.

A primeira está constituída pela introdução, problematização do tema, justificativa, importância do estudo, objetivos e metodologia. A segunda parte apresenta os resultados da pesquisa e a discussão que resultaram em dois artigos científicos. O primeiro intitulado Crack e mídia: uma revisão sistemática da literatura científica e o segundo A abordagem da mídia jornalística brasileira sobre o crack.

LISTA DE ABREVIATURA

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CEBRID	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
CONAD	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
CONFEN	Conselho Federal de Entorpecentes
CT	Comunidade Terapêutica
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
DST	Doença Sexualmente Transmissível
IDT	Instituto de Drogas e Toxicodependência
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval System Online
MS	Ministério da Saúde
OBID	Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PEAD	Plano Emergencial de ampliação do Acesso ao Tratamento e à Prevenção em Álcool e outras Drogas
PNAD	Política Nacional sobre Drogas
Psycinfo	American Psychological Association
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RP	Reforma Psiquiátrica
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SPA	Substância Psicoativa
SUPERA	Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas
SUS	Sistema Único de Saúde
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição da revisão sistemática sobre Crack e Mídia.....	28
Tabela 2 - Descrição da revisão sistemática sobre Crack e Políticas Públicas	29

MANUSCRITO I

Tabela 1 - Número de artigos conforme classificação temática	76
Tabela 2 - Artigos encontrados e selecionados nas bases de dados	76

MANUSCRITO II

Tabela 1 - Características gerais das 109 reportagens sobre crack divulgadas em dois jornais brasileiros, nos anos de 2014 e 2015.	107
Tabela 2 - Decorrências uso de crack, tendo como referência as 109 reportagens divulgadas em dois jornais brasileiros, nos anos de 2014 e 2015.....	108
Tabela 3 - Alternativas para lidar com os problemas decorrentes do uso de crack, tendo como referência as 109 reportagens divulgadas em jornais brasileiros, nos anos de 2014 e 2015	109

LISTA DE FIGURAS

MANUSCRITO I

Figura 1 - Fluxograma 1..... 77

MANUSCRITO II

Figura 1 - Fluxograma 2..... 91

LISTAS DE QUADROS

MANUSCRITO I

Quadro 1 - Protocolos de busca para as bases de dados pesquisadas... 70

Quadro 2 - Artigos incluídos para análise..... 71

MANUSCRITO II

Quadro 1 - Reportagens selecionadas para análise 91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	OBJETIVOS	25
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
3.1	COCAÍNA CRACK: PARTICULARIDADES DA SUBSTÂNCIA E EPIDEMIOLOGIA DO USO	29
3.1.1	Políticas Nacionais sobre Drogas: um breve histórico de sua construção	32
3.1.2	Estratégias de enfrentamento ao Crack	38
3.2	A VEICULAÇÃO DA DROGA CRACK PELA MÍDIA	40
4	PERCURSO METODOLÓGICO	47
4.1	DESCRIÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO ESTUDO	47
4.1.1	Buscas nas bases de dados	48
4.1.2	Critérios de inclusão e exclusão	49
4.1.3	Organização e Análise dos dados.....	49
4.2	DESCRIÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO ESTUDO	50
4.2.1	Buscas nos jornais escolhidos	50
4.2.2	Critérios de inclusão e exclusão	52
4.2.3	Classificação e análise dos dados	53
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
5.1	MANUSCRITO 1 - CRACK E MÍDIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA.....	55
5.2	MANUSCRITO 2 - A ABORDAGEM DA MÍDIA JORNALÍSTICA BRASILEIRA SOBRE O CRACK.....	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias psicoativas e os estados alterados de percepção decorrentes do seu uso permeiam toda história da humanidade, exercendo papel relevante em diferentes sistemas sociais, culturais e místicos. Esses contextos históricos e culturais prescrevem substâncias, dosagens, formas de uso e situações para consumo distintos e seus efeitos estão relacionados não apenas às propriedades farmacológicas, mas também aos valores e saberes específicos de cada sociedade, podendo ser utilizadas com fins religiosos, culturais, medicinais e de prazer (ABREU; MALVASI, 2011).

Diversos estudiosos do campo das ciências naturais e humanas afirmam que as substâncias psicoativas alteram o comportamento dos indivíduos segundo três fatores determinantes: característica das substâncias, do estado psicológico do usuário e do universo sociocultural compartilhado por ele (ABREU; MALVASI, 2011).

O cenário atual é muito distinto do que se apresentava há pouco mais de um século atrás quando os efeitos negativos das drogas eram poucos conhecidos e sua utilização estava ligada a costumes e valores sociais. Atualmente, seu consumo está na lista de problemáticas a serem enfrentadas, junto com a violência, as misérias e as doenças e seu uso ritualizado foi transformado em um consumo mais individualizado e abusivo (LABATE, 2008; PRATTA; SANTOS, 2006).

Devido às consequências biológicas, psicológicas e sociais, o uso de drogas vem sendo discutido frequentemente. Seus efeitos negativos ocasionam um ônus social e financeiro, contribuindo para o crescimento dos gastos com tratamento médico e internação hospitalar, além do aumento dos índices de acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, violência urbana, mortes prematuras e também para a queda de produtividade dos trabalhadores. Por envolver todas essas questões, o uso de substâncias psicoativas atualmente é um dos maiores problemas de saúde pública, afetando homens e mulheres de todos os grupos étnicos, classes econômicas e idades (SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) aponta que quase 5% da população mundial entre 15 e 64 anos faz uso de drogas ilícitas pelo menos uma vez por ano e cerca de metade dos usuários consome drogas pelo menos uma vez por mês (GIACOMOZZI et al., 2012).

Já no VI levantamento sobre o consumo de drogas em estudantes de 12 a 18 anos das 27 capitais brasileiras realizado pelo

Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) em 2010, 25,5% dos estudantes referiram uso na vida de alguma droga (com exceção de álcool e tabaco), 10,6% uso no último ano e 5,5% uso no último mês (CARLINI et al., 2010).

Para compreender a relevância desse tipo de dado, é necessário conceituar o que é considerado abuso e dependência de drogas. O abuso é definido pelo padrão desajustado de consumo, explicitado pela continuação do uso persistente apesar do reconhecimento da existência de um problema social, ocupacional, psicológico ou físico (ANDRADE; ANTHONY, 2009). Já a dependência, segundo a OMS, é entendida como uma doença crônica, caracterizada pela busca e uso compulsivo da substância psicoativa para experimentar seu efeito psíquico e evitar o desconforto provocado por sua ausência (PRATTA; SANTOS, 2006).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), droga é qualquer substância que não é produzida pelo organismo e que altera seu funcionamento, agindo sobre um ou mais sistemas. As drogas que causam alterações cerebrais e modificações no estado mental e psíquico do indivíduo são chamadas psicotrópicas ou substâncias psicoativas (NICASTRI, 2011).

Essas substâncias podem ser estimulantes, perturbadoras ou depressoras do Sistema Nervoso Central. O crack, droga que será abordada no presente trabalho, faz parte do grupo das substâncias que estimulam o sistema nervoso central, levando a molécula da cocaína ao cérebro após ser fumada (NICASTRI, 2011).

Segundo o VI levantamento sobre o consumo de drogas realizado pelo CEBRID, o crack foi utilizado na vida por 0,6% dos estudantes de ensino médio e fundamental das redes públicas e privadas das 27 capitais brasileiras (CARLINI, 2010).

Em 2013 a Secretaria Nacional Sobre Drogas (SENAD) junto à Fundação Oswaldo Cruz (2013), estimou que no Brasil existem aproximadamente 370 mil usuários regulares de crack e de outras formas similares de cocaína fumada (pasta base, merla e “oxi”) distribuídos nas suas capitais e no Distrito Federal. Esse número corresponde a 0,81% da população desses locais. Entende-se “uso regular” como sendo o uso da droga por pelo menos 25 dias nos últimos 6 meses. Para fins comparativos, estima-se que nessas mesmas capitais o número de usuários de drogas ilícitas em geral, excluindo-se a maconha, é de 2,28%, equivalendo a 1 milhão de usuários (BRASIL, 2013).

O estudo da FioCruz (2013) mostrou também que dos 0,81% da população que se estima ser consumidora regular de crack e/ou similares, 0,11% são crianças e adolescentes; e 0,70% são maiores de idade. Dessa forma, dentre os 370 mil usuários de crack e/ou similares estimados, cerca de 14% são menores de idade, representando aproximadamente 50 mil crianças e adolescentes que fazem uso dessas substâncias nas capitais brasileiras (BRASIL, 2013).

O uso de crack vem sendo discutido frequentemente pelos meios de comunicação, o que parece demonstrar uma preocupação social tanto com os efeitos desta droga na saúde individual, quanto com seus impactos na sociedade (SANTOS et al., 2012). Noto et al., (2003), apontam que os derivados da coca são associados pela mídia a casos dramáticos de dependência, violência e crescimento do consumo, gerando uma onda de intolerância com relação a essas substâncias.

Parece interessante pontuar o papel relevante da mídia na construção social das drogas em geral e seu poder de fabricar e disseminar os discursos dominantes sobre o assunto. Historicamente até a atualidade ela foi se tornando o principal meio de difusão dos discursos de enfrentamento às drogas bem como das campanhas de prevenção no Brasil e em muitos outros países (CHAGAS, 2009).

O discurso jornalístico é uma das maiores fontes de definição de realidade na sociedade atual e os meios de comunicação podem afetar o julgamento da população sobre determinado tema, instruindo as pessoas sobre o que pensar e como agir no seu dia-a-dia. Deste modo, é relevante considerar a mídia como formadora de opinião, influenciando a criação de normas e crenças sobre o uso de drogas (GASTALDO; BRITTOS, 2006; RONZANI et al., 2009; CIARLO; MASTROIANNI, 2010).

É importante salientar que apesar do jornalismo aparentar neutralidade, ele transforma os fatos sociais em fatos jornalísticos e, conseqüentemente, esse processo envolve seleções, cortes, descartes, relações, entre outros. Ou seja, se utiliza de uma técnica que não é neutra e que é influenciada pela subjetividade do enunciador (GASTALDO; BRITTOS, 2006).

Apesar dos meios de comunicação serem um instrumento auxiliador das políticas públicas, contribuindo para vários programas de saúde por meio de informações jornalísticas ou de campanhas publicitárias, poucos esforços têm sido feitos para compreender essa questão especificamente no contexto do uso de drogas. Nesse sentido, os recursos da mídia estão sendo pouco estudados e explorados como

instrumentos de prevenção, resultando na necessidade de pesquisas que estimulem a qualidade das matérias sobre as drogas no país (NOTO; BOUER, 2011).

Diante da complexidade do fenômeno do crack e da grande discussão acerca dele atualmente, percebe-se como relevante compreender os significados atribuídos pela mídia a esta substância e como isso interfere na opinião pública e na sociedade de forma geral, aspectos estes que evidenciam a importância deste estudo.

Diante destas reflexões, o estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa:

- Como o fenômeno do crack é abordado por dois jornais de circulação nacional?

2 OBJETIVOS

- Analisar informações sobre a droga crack veiculadas em dois jornais de circulação nacional.
- Realizar revisão sistemática da literatura científica nacional e internacional sobre crack e mídia.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do presente trabalho visou aprofundar o tema por meio do mapeamento de estudos prévios e contribuições dos diversos autores, possibilitando facilitar e enriquecer a discussão.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) utilizando protocolos e descritores adequados a cada uma delas. Compreenderam artigos publicados na língua portuguesa, espanhola e inglesa sem delimitação de tempo.

Além do suporte científico encontrado na literatura atual, foram utilizados materiais e políticas públicas do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Buscou-se também livros, artigos científicos e outras referências de interesse do estudo.

A inclusão dos resultados foi a partir da leitura dos títulos e resumos, bem como partes dos textos, sendo elencados os artigos que tratassem do crack em relação com a mídia e as políticas públicas nacionais. Foram excluídos editoriais, livros, relatórios técnicos, revisões, comentários e artigos que abordassem temas distintos.

Para encontrar as publicações sobre crack e mídia foram empregadas as seguintes chaves de busca:

LILACS: (tw:("Cocaína Crack" OR crack)) AND (tw:(mídia OR "Mídias Sociais" OR midiatização OR radio OR televisão OR jornais OR imprensa OR "redes sociais" OR internet OR jornalismo OR journalist* OR "meios de comunicação"))

SciELO: (crack) AND (mídia\$ OR radio OR televisão OR jornais OR imprensa OR "redes sociais" OR internet OR jornalis\$ OR "Medios de Comunicación" OR "social media" OR "mass media" OR television OR journals OR press OR prensa)

MEDLINE: ("crack cocaine"[MeSH Terms] OR "crack cocaine"[All Fields] OR "crack"[All Fields]) AND ("social media"[All Fields] OR "mass media"[All Fields] OR "Mass Media"[MeSH Terms] OR "internet"[MeSH Terms] OR "internet"[All Fields] OR "television"[MeSH Terms] OR "television"[All Fields] OR "journals"[All Fields] OR press[All Fields])

Dessa busca, foram obtidos 8 artigos repetidos entre as bases os quais foram excluídos de imediato. As demais exclusões estão descritas na tabela 1.

Convém apontar que essa revisão sobre crack e mídia realizada para a fundamentação teórica desta dissertação embasou a construção da revisão sistemática apresentada no Artigo 1: *Crack e mídia: uma revisão sistemática da literatura científica* a qual foi aprofundada a partir da utilização de descritores adicionais e novas bases de dados e que será descrita posteriormente.

Já para a busca dos artigos sobre políticas públicas e o uso de crack foi realizada por meio dos seguintes protocolos:

LILACS: (tw:("Cocaína Crack" OR crack)) AND (tw:("Políticas Públicas" OR "Políticas Públicas de Saúde" OR "política publica" OR "políticas de saude" OR "política de saude" OR "políticas em saude" OR "política em saude"))

SciELO: (crack) AND (Política\$ OR Polic\$)

MEDLINE: "crack cocaine"[MeSH Terms] OR "crack cocaine"[All Fields] OR "crack"[All Fields]) AND ("public policy"[MeSH Terms] OR "public policy"[All Fields] OR "public policies"[All Fields])

Dessa busca derivaram 14 resultados repetidos entre as bases que também foram excluídos. As demais exclusões conforme as bases de dados para a revisão sobre crack e políticas públicas estão apresentadas na tabela 2.

Tabela 1 - Descrição da revisão sistemática sobre Crack e Mídia

BASE DE DADOS/ Nº DE ARTIGOS	TOTAL	EXCLUÍDOS	INCLUÍDOS
LILACS	20	13	07
MEDLINE	200	198	02
SciElo	12	09	03
Total	232	220	12

Fonte: Próprio do autor

Tabela 2 - Descrição da revisão sistemática sobre Crack e Políticas Públicas

BASE DE DADOS/ Nº DE ARTIGOS	TOTAL	EXCLUÍDOS	INCLUÍDOS
LILACS	22	19	03
MEDLINE	52	50	02
SciElo	50	45	05
Total	124	114	10

Fonte: Próprio do autor

3.1 COCAÍNA CRACK: PARTICULARIDADES DA SUBSTÂNCIA E EPIDEMIOLOGIA DO USO

A cocaína é uma substância extraída de uma planta chamada *Erythroxylon coca*, conhecida popularmente como coca e com sua origem na América do Sul. Pode ser consumida por meio da aspiração ou da administração intravenosa do pó, denominado cloridrato de cocaína o qual é um sal solúvel em água (RIBEIRO; LARANJEIRA; DUNN, 1998).

Até meados do século XIX o uso da cocaína era comumente realizado pela medicina, sendo comercializada em farmácia para alívio de dores físicas e tratamento de algumas doenças. O consumo dessa substância foi liberado na Europa até o século XX até seus efeitos começarem a ser conhecidos e tornar-se ilegal (MOREIRA; FIGUEIREDO, 2012).

A cocaína e seus derivados (crack, merla, oxi) são substâncias que estimulam o sistema nervoso central, aumentando a liberação de neurotransmissores como serotonina, dopamina e noradrenalina. A atuação direta sobre os neurotransmissores e os circuitos neuronais responsáveis pelo sistema de recompensa proporcionam efeitos como euforia, poder, excitação, hiperatividade, insônia, falta de apetite (NICASTRI, 2011).

Este estudo abordará especificamente um dos subprodutos da cocaína, o crack. Essa substância é consumida por meio de cachimbos ou latinhas improvisadas que possuem orifícios pelos quais o usuário inspira a fumaça produzida pela queima das pedras. Levar a cocaína ao cérebro por meio do fumo das pedras de crack ocasiona a potencialização do seu efeito, pois uma grande quantidade de moléculas

chega ao cérebro quase imediatamente (de 6 a 8 segundos), proporcionando sensação de prazer intenso e bem-estar. Esses efeitos agradáveis variam entre três e dez minutos, ou seja, rapidamente a sensação agradável que o crack fornece ao indivíduo é eliminada do corpo e ocorre, então, um grande desprazer e desejo por utilizar a droga novamente, chamada de fissura e relatada por muitos usuários (CRUZ, VARGENS, RAMÔA, 2011).

Os efeitos do crack, ao serem comparados aos da cocaína, são mais intensos. Ele é uma droga que pode levar à dependência rapidamente já que a tolerância dos efeitos decorrentes do seu uso é bastante elevada. Em doses maiores ou após o uso contínuo, alguns sintomas comuns são: delírios e alucinações, compulsão ao uso da droga, problemas de concentração e memória, debilidade do sistema imunológico, sensação de perseguição, irritabilidade, agressividade. Além disso, o crack aumenta a pressão arterial, a frequência cardíaca e a temperatura corporal, provoca agitação psicomotora, emagrecimento, acessos crônicos de tosse e perda do desejo sexual. Em casos de maior gravidade pode provocar convulsão, enfarte e derrame cerebral, inclusive levar à morte (NAPPO; GALDURÓZ; NOTO, 1996).

O período para o início da abstinência é curto, com aparecimento dos sintomas de 5 a 10 minutos após o consumo da droga, sendo intensificados após alguns dias com aparecimento da fissura, ou seja, da vontade incontrolável de consumir o crack (CRUZ, VARGENS, RAMÔA, 2011).

O crack tem surgimento registrado nos Estados Unidos na década de 70, em uma época em que eram disseminadas campanhas de enfrentamento e prevenção do uso de drogas. O alastramento do consumo no país foi mencionado pela primeira vez em 1985 no jornal “New York Times”, e nos anos 80 e 90 estava presente nas principais cidades americanas. Los Angeles, por exemplo, acabou ficando conhecida como a “capital do crack no mundo”, sendo o uso mais popularizado entre os moradores de bairros pobres, principalmente jovens negros de origem hispano-americana. Posteriormente, em 1987, a disseminação do uso de crack foi identificada na Inglaterra e, em 1989, em bairros da periferia de São Paulo, no Brasil (CHAGAS; SEEGER, 2013).

Devido ao baixo custo e a facilidade do acesso, até os dias atuais o crack é uma alternativa de consumo da cocaína pelas populações mais pobres e marginalizadas. Geralmente é utilizado em ambientes inóspitos e os usuários apresentam um padrão de consumo

compulsivo devido ao efeito mais rápido do crack no organismo, ocasionando maior repetição das doses (JORGE et al., 2013).

Nesse sentido, estima-se que entre 14 e 20 milhões de pessoas no mundo sejam usuárias de crack (UNODC, 2011). No Brasil, o uso mais frequente é encontrado em crianças e adolescentes em situação de rua em quase todos os estados brasileiros, variando entre 15% a 26% em capitais como São Paulo, Recife, Curitiba e Vitória (NOTO et al., 2003).

Apesar de ser comum nos grupos em situação de vulnerabilidade, no contexto atual o crack está sendo cada vez mais utilizado pela classe média podendo permear, então, todas as classes sociais (SANTOS et al., 2012).

Entretanto, observa-se que os danos resultantes tanto nos aspectos de saúde, quanto sociais do uso e abuso da cocaína fumada, são mais intensos dentre os grupos que apresentam maior vulnerabilidade social. Isso pode ocorrer devido à falta de informação a respeito das drogas e seus efeitos, saúde deficiente, insatisfação do indivíduo sobre a sua qualidade de vida, personalidade vulnerável ou mal integrada, acessibilidade às drogas, características que segundo a Organização Mundial de Saúde são fatores relacionados à propensão ao uso de substâncias psicoativas (JORGE et al., 2013; GIACOMOZZI et al., 2012).

Segundo o VI levantamento sobre o consumo de drogas realizado pelo CEBRID, o crack foi utilizado na vida por 0,6% dos estudantes de ensino médio e fundamental das redes públicas e privadas das 27 capitais brasileiras, não sendo uma droga de destaque entre estudantes quando comparadas às outras substâncias pesquisadas (CARLINI, 2010).

Esse dado complementa a pesquisa mais recente sobre o uso de crack realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (2013) a qual estimou que o Brasil possui aproximadamente 370 mil usuários regulares distribuídos nas suas capitais e no Distrito Federal, correspondendo a 0,81% da população. É importante explicitar que a definição de “uso regular” utilizada pela Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz foi a da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), considerando o uso por pelo menos 25 dias nos últimos 6 meses.

Ainda de acordo com a pesquisa, os locais de consumo do crack e/ou similares se assemelham em todas as regiões. Cerca de 80% utilizam a droga em locais públicos ou facilmente visualizados e visitados, ou seja, não são espaços privados (BRASIL, 2013).

A região Sudeste é conhecida pela grande visibilidade do consumo de crack em lugares públicos bem como pela existência das grandes “cracolândias”, porém, na proporção de usuários de crack por região, os dados mostram que as estimativas não são mais elevadas no Sudeste. Estatisticamente, as proporções dessa região são similares às do Norte, enquanto as capitais da região Nordeste apresentaram proporções análogas às da região Sul. Essa informação pode auxiliar na desconstrução da representação social do crack em São Paulo, já que segundo a pesquisa mais atual esse fenômeno está atingindo diversas regiões do país (BRASIL, 2013).

Nas capitais da região Norte, no conjunto de todas as drogas ilícitas (excluindo-se a maconha) consumidas nessa região, o uso crack e/ou similares corresponde a 20%. Já no Sul e no Centro-Oeste, corresponde a 52% e 47%, apresentando uma participação mais expressiva (BRASIL, 2013).

Em meio à discussão sobre o alastramento do consumo de crack bem como de outras drogas, lícitas e ilícitas, surge progressivamente a necessidade de implantação de diversos Programas de enfrentamento às drogas por parte do Governo Federal e do Ministério da Saúde. Dessa forma, este trabalho irá expor a construção das estratégias de saúde pública construídas ao longo do aparecimento da problemática do uso de drogas e, também, especificamente do uso de crack.

3.1.1 Políticas Nacionais sobre Drogas: um breve histórico de sua construção

Para melhor compreender como se desenvolve o fenômeno do uso de substâncias psicoativas no Brasil, é relevante discorrer sobre como as políticas públicas foram sendo construídas e reformuladas buscando atender a demanda emergente.

As políticas públicas podem ser entendidas como o Estado em ação, implantando um projeto de governo que se constitui em programas e ações voltados para setores específicos da sociedade. As políticas são, portanto, de responsabilidade do Estado, que as implementa e age de acordo com processos de tomada de decisão (HOFLING, 2001).

No caso das questões relacionadas ao uso de drogas no Brasil, existe regulamentação sobre entorpecentes desde 1938, sendo incorporada ao Código Penal em 1941. Esses primeiros registros legais mostram que essa questão passou a ser tratada sob aspecto unicamente de ordem jurídica por meio da criminalização do consumo de drogas. A

partir da década de 1960, com alterações legislativas, as políticas sobre drogas tinham como objetivo reduzir a oferta até chegar a extinção das drogas. Com esse intuito, a solução era prender traficantes e usuários, assumindo a política vigente um caráter nitidamente opressor (SANTOS et al., 2012)

O uso de drogas ilícitas não era considerado um problema de saúde pública ou de responsabilidade governamental até a década de 80, época em que os esforços e os recursos públicos ainda estavam concentrados nos âmbitos da Justiça e da segurança pública. O aumento da variedade das substâncias e do consumo começaram a denunciar a decadência da estratégia de guerra às drogas ou de uma possível extinção das substâncias psicoativas. Havia uma grande defasagem no campo da saúde com relação à esse aspecto, contribuindo para que o governo brasileiro, apoiado pelos movimentos sociais em prol dos direitos humanos, criasse políticas públicas direcionadas aos usuários de drogas, em especial as ilícitas (MACHADO; BOARINI, 2013).

O reconhecimento de que o uso de drogas perpassa pelas esferas social, econômica, política e individual bem como a compreensão de que é um fenômeno multideterminado, começou a ser admitido vagarosamente. Na década de 80, ligado ao Ministério da Justiça, foi criado o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), responsável pela coordenação das políticas públicas sobre drogas de 1980 a 1998 e que aprovou a redução de danos como uma estratégia de saúde pública (MACHADO; BOARINI, 2013).

Um fato marcante relacionado à criação das políticas públicas sobre drogas e aos avanços no âmbito da saúde pública é a epidemia da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) que, transmitida também pelo compartilhamento de seringas no uso de drogas injetáveis, acabou denunciando a precariedade dos serviços de saúde mental destinados ao tratamento da dependência química e a falta de clareza a respeito da proporção do problema. É possível afirmar, então, que a legislação brasileira sobre drogas ilícitas e a Política Nacional de Saúde abordando o uso de substâncias psicoativas como uma questão de saúde pública começa a se consolidar no início da década de 90. Foi desencadeada também pelo aparecimento da AIDS e seu contágio por meio do compartilhamento de seringas no uso de drogas injetáveis (MACHADO; BOARINI, 2013).

A construção de uma política nacional específica sobre redução da demanda e da oferta de drogas começou em 1998 após a 20ª Assembleia Geral Especial das Nações Unidas. A redução da demanda

consiste em criar ações que previnam o uso indevido de drogas lícitas e ilícitas que sejam causadoras de dependência, além de agir com relação ao tratamento, recuperação, redução de danos e reinserção social dos usuários e dependentes. Já a redução da oferta de drogas abrange atividades que reprimam o tráfico de substâncias psicoativas, apreendendo as produzidas nacionalmente e impedindo a entrada das oriundas do exterior, bem como ações que enfraqueçam as organizações criminosas (DUARTE; DALBOSCO, 2012).

No mesmo ano da 20ª Assembleia Geral Especial das Nações Unidas e vinculada à Presidência da República, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, teve surgimento a Secretaria Nacional Sobre Drogas (SENAD). Esta começa a desenvolver um papel importante nas políticas de atenção ao uso de álcool e outras drogas junto com a Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas com a missão institucional de coordenar a Política Nacional Sobre Drogas por meio da articulação e integração entre governo e sociedade (ANDRADE, 2011; DALBOSCO, 2011).

Entre as ações desenvolvidas pela SENAD está o realinhamento da Política Nacional Antidrogas que foi instituída por meio do Decreto Presidencial nº 4.345 de 26 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002). Essa política ainda propagava o discurso proibicionista com a denominação *antidroga*, o que indicava ainda a idealização de uma sociedade livre do uso de substâncias psicoativas. De forma contraditória, essa política apoiava a implementação de estratégias de redução de danos, embora ainda não especificasse o que essas estratégias significavam, sem posicionar-se, por exemplo, com relação aos programas de trocas de seringas (MACHADO; BOARINI, 2013).

Posteriormente, foram realizadas atualizações dos fundamentos da Política Nacional Antidrogas baseadas em dados epidemiológicos e tendências internacionais, na tentativa de coincidir também com a nova demanda da população. O realinhamento da política ocorreu em 2004 contou com representantes do governo federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, da comunidade científica, das organizações não governamentais, educadores, lideranças comunitárias, profissionais da saúde, assistência social, segurança pública e justiça (DALBOSCO, 2011).

Por meio da Resolução nº3/GSIPR/CH/CONAD, em 23 de maio de 2005, é aprovada a nova política e o prefixo “anti” da Política Nacional Antidrogas foi substituído pelo termo “sobre drogas”, permanecendo a denominação Política Nacional Sobre Drogas (PNAD).

Este novo nome fica coerente com o posicionamento do governo e das novas diretrizes para atenção do usuário de álcool e outras drogas. Além dessa mudança, 92% dos itens da política anterior foram alterados, dividindo-se em cinco eixos: Prevenção; Tratamento, recuperação e reinserção social; Redução de Danos Sociais e à saúde; Redução da Oferta; Estudos, Pesquisas e Avaliações (DALBOSCO, 2011).

Após essas reformulações, a nova política estabeleceu diretrizes para reduzir a demanda e a oferta de drogas de maneira articulada e planejada, apresentando a redução de danos mais claramente como princípio. Essa mudança significa que a abstinência deixa de ser a única possibilidade terapêutica, pelo contrário, a estratégia vigente objetiva minimizar as consequências adversas do consumo de drogas para o indivíduo e para sociedade, considerando as evidências de que a maioria dos usuários de drogas não deixará de consumi-las, sejam elas lícitas ou ilícitas (ANDI, 2005).

Em 2004 foi instituída a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras drogas do Ministério da Saúde pela Portaria nº 2.197, de 14 de outubro de 2004 (BRASIL, 2004). Sua proposta é ir ao encontro dos princípios e diretrizes do SUS, prezando pela universalidade do acesso e o direito à assistência. Visa resgatar a cidadania do usuário e do dependente de drogas, considerando-o como um indivíduo dotado de direitos. Busca sua concretização por meio de uma rede de atenção que deve trabalhar de maneira integral e intersetorial, distinguindo-se do antigo modelo de assistência que isola o usuário de drogas e tem como foco a atenção hospitalar. Os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e, principalmente, os CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) foram criados para substituir gradativamente o modelo hospitalocêntrico e para possibilitar o atendimento do usuário em conformidade com a nova proposta (RONZANI; MOTA, 2011).

O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), criado em 2002, é também um importante órgão dentro da estrutura do Governo Federal que está vinculado à SENAD. Constitui-se “numa ferramenta de gestão de conhecimentos que fornece meios de divulgação das ações de redução da demanda e da oferta de substâncias psicoativas no país por meio de uma infraestrutura para construções de portais informativos e de banco de dados” (REBELO; STEPLIUK, p.111, 2007).

O decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, consolida as

funções do OBID de acordo com as diretrizes da Política Nacional Sobre Drogas (BRASIL, 2006a; BRASIL, 2006b). Este órgão tem como foco reunir e coordenar o conhecimento atualizado sobre drogas para possibilitar o desenvolvimento de atividades de prevenção do uso de drogas, de atenção e reinserção social de usuários e dependentes, além da criação de modelos de intervenção que levem em consideração as necessidades das populações-alvo (REBELO; STEMPLIUK, 2007).

Em 2006 foi aprovada a Lei nº 11.343/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), atualizando a legislação antiga a qual não condizia com os avanços pelos quais transcorreu a ciência e a sociedade como um todo. Esse sistema direcionou medidas para “prevenção do uso, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas” de acordo com a atual política (DUARTE; DALBOSCO, 2012).

Indo ao encontro dessas estratégias a Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. A criação dessa Rede busca ampliar e promover o acesso da população ao serviço de saúde, garantindo a articulação e integração dos diversos pontos de atenção distribuídos no território. Visa qualificar o cuidado por meio do acolhimento, acompanhamento contínuo e da atenção às urgências. Para isso, a RAPS está presente em diversos pontos de atenção, como na Atenção Básica, na Atenção Psicossocial, Atenção Urgência e Emergência, Atenção Hospitalar.

A nova proposta de enfrentamento do uso de álcool e outras drogas no Brasil parte da compreensão de que a política não deve ser baseada em ações punitivas ou repressivas, mas apontar para a reflexão dos usuários a respeito do próprio consumo, oferecendo condições para que isso ocorra. Em vez do encarceramento, possibilita-se o cumprimento de penas alternativas que apontem para a ressocialização do indivíduo, como advertência sobre as consequências das substâncias psicoativas, prestação de serviços comunitários relacionados ao uso de drogas, medidas educativas em programas ou cursos afins (DUARTE; DALBOSCO, 2011).

Ainda que tenham havido grandes modificações apresentadas nas políticas nacionais a respeito do uso e do usuário de drogas, os tratamentos baseados apenas na abstinência, no isolamento e na coerção ainda são comuns. Concomitantemente às intensas reformulações de políticas públicas relacionadas à questão do uso de drogas, ocorre o

debate a respeito do atendimento prestado pelas Comunidades Terapêuticas (CT's).

Estes dispositivos consolidaram-se em meio à ausência de estratégias eficazes para o atendimento dos usuários de substâncias psicoativas e continuam funcionando em paralelo à proposta dos serviços públicos de saúde. Consistem em uma modalidade de atendimento de cunho religioso e não governamental, que mantém o usuário em regime fechado, de internação, e podem ser considerados como uma nova forma de institucionalização. (MACHADO; BOARINI, 2013). Diante disso, a implantação indiscriminada dessas ferramentas vem apresentando a contramão em todo o processo de reestruturação da assistência psiquiátrica.

O tratamento nesses locais é orientado pela religiosidade e pelo trabalho, sendo a normalização indicada pelo bom comportamento, pela fé e a partir da abstinência total. A cura, então, limita-se ao cumprimento das normas estabelecidas e pela revisão moral do estilo de vida do indivíduo. O método é o culto religioso conduzido por uma autoridade, um profissional da equipe ou por pacientes antigos que estão recuperados. Segundo Medeiros (2014) é como uma luta entre o bem e o mal, possuindo a droga um poder demoníaco sobre o indivíduo.

O financiamento público destinado aos Estados, Municípios e Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas está publicado na Portaria nº 131 de 26 de janeiro de 2012. A inclusão desse dispositivo privado nos gastos públicos não representam um consenso entre os profissionais e especialistas em saúde mental justamente por envolverem longos períodos de isolamento, usualmente superiores a 6 meses, e práticas terapêuticas conflitantes com as diretrizes propostas pela Reforma Psiquiátrica (RP) e pela Lei 10.216/2001.

As CT's são inspiradas em um modelo de internações involuntárias ou compulsórias, ferramentas que patologizam o usuário de drogas violando o direito das pessoas em tratamento por partir do princípio de que somente a abstinência pode produzir efeitos terapêuticos.

Conforme explicitado anteriormente, é nítida a oposição das CT's à Reforma Psiquiátrica bem como à lógica de atenção à saúde dos CAPS, porém estratégias excludentes e coercitivas ainda encontram apoio no imaginário popular que, muitas vezes, busca soluções rápidas e o afastamento desses indivíduos que são envolvidos em situações

comumente constrangedoras, marginalizadas e ilegais (ANDRADE, 2011).

A efetiva concretização das políticas nacionais sobre drogas ainda é um desafio, bem como modificar os modelos de atenção à saúde e ao usuário de drogas embasados em uma lógica estigmatizante e reducionista. Com o surgimento da problemática do crack, substância foco desse trabalho, foram criadas novas estratégias, mais particulares, embora com a existência de polêmicas semelhantes às descritas anteriormente.

3.1.2 Estratégias de enfrentamento ao Crack

Devido à grande visibilidade que o uso de crack estava tendo no país, o Governo Federal criou propostas voltadas diretamente para o enfrentamento ao uso dessa substância, com algumas peculiaridades no intento de atender de maneira mais específica a esta questão. É interessante pontuar que esses Planos foram propostos num contexto de pânico relacionado ao uso de crack anterior à pesquisas que comprovassem a existência de uma epidemia ou de dados alarmantes acerca desse fenômeno.

A Portaria nº 1.190, de 04 de julho de 2009, lançou o Plano Emergencial de ampliação do Acesso ao Tratamento e à Prevenção em Álcool e outras Drogas (PEAD) (BRASIL, 2009). E, logo em seguida, em 2010, foi publicado pela Presidência da República o Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010 que instituiu o *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas* (BRASIL, 2010). Este plano preconiza que as ações sejam executadas de forma descentralizada e integrada por meio de esforços da União, Estados, municípios e Distrito Federal, garantindo a intersetorialidade, interdisciplinaridade, integralidade, participação da sociedade civil e o controle social. Tem como proposta a prevenção do uso de substâncias psicoativas, o tratamento, a reinserção social dos usuários e o enfrentamento ao tráfico.

O Plano foi lançado oficialmente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sendo coordenado pelo Ministério da Justiça e composto pelo Ministério da Saúde, dentre outros órgãos. Foram propostas ações imediatas e ações estruturantes envolvendo política, saúde, assistência social, segurança pública, educação, direitos humanos, cultura, entre outros aspectos, sempre indo ao encontro da Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras drogas. As ações

imediatas envolvem a ampliação de leitos e da rede de assistência social, capacitação de profissionais e operações envolvendo a Polícia Federal, Rodoviária Federal, Civil, Militar e também as Forças Armadas. Já as ações estruturantes dizem respeito a estudos e diagnóstico para aperfeiçoar as políticas de prevenção ao uso, tratamento e reinserção social do usuário, à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento de metodologias, além da criação do centro integrado de combate ao crime organizado e monitoramento das regiões de fronteira.

Por meio do decreto 7.637, de 08 de dezembro de 2011, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas foi alterado para o Programa Crack, É possível Vencer. Este Plano preconiza medidas de ação nos eixos da Prevenção, Cuidado e Autoridade. O primeiro eixo, “Prevenção”, visa fortalecer fatores de proteção e diminuir fatores de risco para o uso de crack. Oferecimento de cursos de capacitação para os profissionais e campanhas publicitárias de esclarecimento sobre as drogas fazem parte das ações deste eixo. O “Cuidado” diz respeito à estruturação de redes de saúde e assistência social aos usuários e suas famílias, incluindo as organizações não governamentais como as Comunidades Terapêuticas numa proposta de atendimento integrado aos outros dispositivos. Por fim, o eixo “Autoridade” visa à redução da oferta de drogas ilícitas, investindo na segurança pública com repressão ao tráfico e crime organizado, bem como na criação de espaços comunitários seguros nas cidades. São incluídas ações de atenção ao usuário de crack nos locais de concentração do uso (cracolândias), acolhimento, consultórios na rua, ampliação de horário dos CAPS AD (BRASIL, 2011).

O decreto de 2011 detalhou alguns pontos daquele publicado em 2010, principalmente no que diz respeito à inclusão das Comunidades Terapêuticas como um dispositivo do Sistema Único de Saúde. Está prevista internação compulsória para usuários de drogas em extrema situação de vulnerabilidade social, sendo justificada em casos específicos que fogem do controle dos CAPS Ad e de outros serviços disponíveis na rede de cuidados em saúde (ANDRADE, 2011). Em conformidade com a descrição sobre as CT's realizada previamente, a lógica de tratamento e cura baseada na abstinência vai contra ao que é proposto na estratégia da Redução de danos, que no caso da droga crack pode ser desenvolvida por meio da confecção de cachimbos apropriados para evitar o fumo em recipientes contaminados, distribuição de piteiras de silicone, protetor labial, informações sobre Doenças Sexualmente

Transmissíveis (DSTs), distribuição de preservativos e projetos sociais envolvendo arte e trabalho grupal (MACHADO; BOARINI, 2013).

As estratégias de enfrentamento ao uso de crack, descritas aqui no âmbito nacional, são frequentemente encontradas em locais onde o uso dessa droga é mais visível e impactante aos olhos da sociedade. A cidade de São Paulo foi a primeira no Brasil a registrar a presença de crack em 1989. Atualmente, ainda existe no local uma região reconhecida pela venda e uso dessa droga, chamada de Cracolândia. Esta se constitui numa rede informal de serviços e pessoas ligadas às atividades relacionadas à droga crack, de tráfico e uso.

Numa tentativa de revitalizar a Cracolândia e transformá-la em uma área cultural, um projeto da prefeitura denominado *Nova Luz* realizou uma série de intervenções repressivas que objetivaram controlar e expulsar os grupos que circulam na região. Em 2005, a “Operação Limpa” foi a que atingiu de forma mais direta os usuários de crack, interditando vários estabelecimentos pequenos e hotéis que realizavam comércio e uso de drogas, além de expulsar os usuários das ruas. Esta operação foi qualificada como violadora de uma série de direitos fundamentais dessas pessoas e teve como efeito apenas o deslocamento dos que transitavam pela região, que procuraram outras ruas e praças nas proximidades. Foi denunciada também a ação truculenta da polícia militar e da guarda civil metropolitana nas ações de expulsão dos moradores de rua (RAUPP; ADORNO, 2011).

Após essas ações, outras de âmbito estadual, como o Programa Recomeço do Governador Geraldo Alckmin, e de âmbito municipal, como o Programa de Braços Abertos, foram implantadas no espaço da Cracolândia. O primeiro centrado em ações compatíveis com a internação e, o segundo, com estratégias de Redução de Danos.

Embora propiciem a abertura de um importante debate entre drogas, saúde, tratamento e, até mesmo, segurança pública, as políticas públicas ainda necessitam de discussões aprofundadas, com modificações que permitam a integração desses aspectos e uma atenção, de fato, integral, ao usuário de crack e outras drogas. Observa-se, por exemplo, em ações na Cracolândia, que a separação entre prevenção, repressão e tratamento ainda não foi superada. E nesse sentido, a mídia é veiculadora importante das informações sobre essas contradições ou, até mesmo, da sua omissão, sendo umas das responsáveis pela construção do senso comum e das crenças acerca do uso de drogas.

3.2 A VEICULAÇÃO DA DROGA CRACK PELA MÍDIA

A midiaticização da cultura é uma característica constitutiva das sociedades modernas e trata-se de um processo no qual são transmitidas formas simbólicas pelos instrumentos da mídia (THOMPSON, 2007). Ocasionalmente mudanças na forma como as pessoas se relacionam e no conteúdo e na maneira como as mensagens são transmitidas pela mídia, fazendo com que o conhecimento que temos dos fatos que acontecem seja derivado da recepção das formas simbólicas (ações e falas, imagens e textos) veiculadas pelos meios de comunicação, além das informações do nosso meio social imediato (THOMPSON, 2007; GUARESCHI, 2003).

A grande circulação de mensagens veiculadas pela mídia fez com que ela se tornasse um fator importante de transmissão da ideologia nas sociedades modernas. E a ideologia, por sua vez, é definida, segundo John Thompson (2007, p.79), pelas “maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

Os meios de comunicação de massa, como a televisão, rádio, jornais, propiciam que grande parte da população tenha acesso a informações e faça contato com aquilo que ainda não conhecem. Algumas vezes e para algumas pessoas, esses veículos são a primeira e a única fonte de informações sobre muitos acontecimentos (HALL et al., 1999).

Nesse sentido, quanto menor o contato direto do público com determinado assunto, maior é a influência que os meios de comunicação de massa exercem sobre os indivíduos, já que a mídia exerce papel importante como fonte de pesquisa e instrumento na divulgação de informações. Sob o mesmo ponto de vista, interfere diretamente na produção de sentido sobre saúde e doença, podendo inclusive contribuir para a reafirmação de modelos e práticas discriminatórias (WOLF, 1992; MENEGON, 2008).

Os meios de comunicação são instrumentos que podem afetar o julgamento da população sobre determinado tema e instruir a sociedade sobre o que pensar e como agir no seu dia-a-dia. Deste modo, é relevante considerar a mídia como formadora de opinião, influenciando a criação de normas e crenças sobre o uso de drogas (RONZANI et al., 2009; CIARLO; MASTROIANNI, 2010).

São diversos os instrumentos de veiculação das informações midiáticas: rádio, televisão, internet e, nesses veículos, está presente o discurso jornalístico o qual é uma das maiores fontes de definição de

realidade da sociedade atual, aparentando neutralidade como se o enunciador fosse desprovido de subjetividade. Contudo, o jornalismo transforma os fatos sociais em fatos jornalísticos e, conseqüentemente, esse processo envolve seleções, cortes, descartes, relações, entre outros, ou seja, uma técnica que não é neutra (GASTALDO; BRITTOS, 2006).

As notícias são o resultado de um processo que envolve a escolha e seleção de fatos e de questões relacionadas a eles, sendo que aquilo que é percebido como inesperado e fora do comum tem maior valor noticiável (HALL et al., 1999). Igualmente, acontecimentos vistos como negativos, que causam impacto são as notícias mais veiculadas, pois representam uma ruptura social como, por exemplo, as crises, a violência e também o uso de drogas (GALTUNG; HOLMBOE, 1999).

Diante da escolha dos acontecimentos com maior valor noticiável e das seleções e omissões descritas anteriormente, ocorre que o jornalismo nem sempre estimula reflexões e amplia o conhecimento da população de forma neutra. No que diz respeito ao uso de drogas, o modelo atual tem oferecido muitas vezes informações superficiais, não utilizando de todos os benefícios e recursos dos meios de comunicação que possam verdadeiramente divulgar e promover as políticas públicas. Essa lacuna entre a função do jornalismo e a realidade da prática é uma questão importante a ser colocada, já que a ferramenta da mídia pode exercer um papel importante na orientação, informação e alerta da população a respeito do consumo de substâncias psicoativas (NOTO et al., 2003).

Foi realizada uma pesquisa por Noto et al. (2003) com objetivo de analisar as informações sobre as implicações do uso de drogas à saúde divulgadas pela imprensa escrita no Brasil. Os autores observaram clara tendenciosidade ao abordar a questão das drogas, embora os textos escritos por jornalistas sejam aparentemente isentos de opinião. Isso foi mais evidente nos textos elaborados por outros profissionais e/ou especialistas, os quais retrataram a situação de forma alarmante e incluíram seus julgamentos pessoais. É interessante ressaltar que foi constatado também que a maioria das fontes de informações utilizadas nos artigos da mídia são justamente produções da ciência ou de especialistas, dando um tom “emocional” aos textos.

Salienta-se que a frequência de matérias sobre drogas publicadas nos principais jornais e revistas do Brasil não condiz com a prevalência do uso na população. Essas matérias, em sua maioria, têm como foco as drogas ilícitas como a maconha, cocaína e crack, havendo uma defasagem das informações sobre o álcool e também sobre o uso de

solventes e medicamentos psicotrópicos. Essa desproporção das notícias veiculadas e do uso de determinadas substâncias psicoativas, acabam distorcendo as crenças da população frente a algumas drogas, sendo imprescindíveis debates sociais sobre questões relacionadas ao consumo de álcool, tabaco, solvente e medicamento, entre outros “esquecidos” pela mídia (GALDURÓZ et al., 2005).

Nesse sentido, algumas campanhas preventivas relacionadas a drogas ilícitas são realizadas pelos meios de comunicação no Brasil, porém as drogas lícitas que são responsáveis por graves problemas de saúde pública, como o álcool e o tabaco, são abordadas pela mídia por meio de propagandas elaboradas que não evocam problemáticas como a dependência, sofrimento pessoal e familiar, entre outros prejuízos que o abuso dessas drogas pode causar (BÜCHELE et al., 2009).

A pesquisa previamente mencionada realizada por Noto et al (2003) corrobora com o que é apontado por Büchele et al. (2009) e por Galduróz et al. (2005). Os dados mostraram que os derivados da coca ocupam o segundo lugar dentre as drogas mais divulgadas pela mídia brasileira, com 9,2%, estando empatadas com a maconha e atrás do tabaco (18,1%). A partir desse dado os autores sinalizam que essa distribuição não é coerente com os dados epidemiológicos do consumo de drogas no país. O álcool é a droga mais consumida e possui os maiores índices de problemas decorrentes do seu uso, porém não é frequentemente citada quando é abordado o tema droga e saúde. Além do álcool, as anfetaminas e os ansiolíticos também são menos abordados pela mídia impressa apesar do seu alto consumo. Isso demonstra que as substâncias lícitas e suas consequências são preteridas para enfatizar as drogas ilícitas.

Já os derivados da coca, que incluem cocaína, crack, merla e oxi são associados pela mídia a casos dramáticos de dependência, violência e crescimento do consumo, gerando intolerância com relação a essas substâncias. Dessa forma, os meios de comunicação acabam repassando informações contraditórias à população, deixando de um lado “o perigo das drogas”, a violência e o tráfico associado às substâncias ilícitas e, de outro, as propagandas estimulando o consumo e venda de drogas lícitas como o álcool e o tabaco (NOTO et al., 2003).

Em suma, considerando a relevância da mídia na área da saúde e da defasagem de estudos sobre quais informações e estereótipos estão sendo divulgados e construídos, é que se coloca como essencial a realização de pesquisas que embasem discussões acerca do uso de crack,

droga que está sendo frequentemente abordada pelos meios de comunicação atualmente (NOTO et al., 2003).

Um dos primeiros estudos que enfocou a mídia e sua relação com o crack foi o de Hartman e Golub (1999), analisando 10 anos de reportagens em jornais dos Estados Unidos sobre a epidemia de crack. Esse estudo mostrou que as notícias acabaram por distorcer a realidade, centrando sua abordagem em matérias sensacionalistas sem embasamento científico e suprimindo dados que demonstravam a estabilização ou decréscimo do uso de crack. Os autores destacaram ainda que o curso típico das epidemias (de crack e outras drogas) ou a tendência destas terem um início, meio e fim, não foi demonstrado, sem possibilitar explicações a respeito desse processo e a compreensão total do fenômeno apresentado.

A questão do crack, então, não foi exposta pela mídia como um problema de segurança pública ou como uma questão de saúde pública, considerando a realidade das pessoas em vulnerabilidade também chamadas de minorias sociais, étnicas e econômicas. Pelo contrário, construiu o fenômeno como se os usuários tivessem a possibilidade de escolha sem levar em conta que o abuso de drogas está diretamente relacionado a problemas sociais, psíquicos, biológicos, dentre outros. Além disso, essa abordagem contribuiu também para desviar a atenção de problemas sociais mais urgentes na época (HARTMAN; GOLUB, 1999). Esses dados analisados em 1999 pelos referidos autores se assemelham ao que é apresentado pela mídia no cenário brasileiro, o que será discutido de forma mais aprofundada nos resultados dessa dissertação.

Nesse sentido, a literatura brasileira também apresentou alguns estudos com o objetivo de investigar a abordagem do crack pelos meios de comunicação. Santos et al. (2012) realizaram uma pesquisa que se propôs analisar as representações sociais em matérias que faziam referência ao crack nos dois maiores jornais de Pernambuco. Os dados levantados permitiram afirmar que os jornais descrevem o crack como uma droga que está relacionada a angústia e fragilidade do usuário, sendo necessárias estratégias de tratamento apoiando-se na internação, já que o indivíduo não é capaz de lutar contra sua dependência. Além disso, esta droga é veiculada na mídia jornalística como parte do narcotráfico e relacionada à criminalidade e à violência, deixando de ser apenas um problema de saúde para ser também um problema de polícia. O usuário de crack é apresentado, então, como alguém fora da “normalidade”, que não possui controle sobre si mesmo. Mesmo que de

maneira implícita, acaba sendo rotulado como criminoso, doente, pecador ou louco.

Em outra pesquisa nacional realizada por Romanini e Roso (2012), uma série de reportagens intitulada “A Epidemia do Crack” veiculada no periódico de maior circulação do Rio Grande do Sul foi analisada. Os autores observaram que o crack é exposto como epidêmico, avassalador e criminoso, sendo assim, é necessário combatê-lo por meio da repressão. A referida droga é relacionada com a loucura, doença e com o crime, contribuindo para que as políticas de cuidado e prevenção permaneçam em segundo plano.

Percebe-se, então, que apesar da mídia ser um instrumento que pode auxiliar as políticas públicas a partir de informações jornalísticas ou de campanhas publicitárias, não há muitos estudos que se propõem a compreender essa questão especificamente no contexto do uso de drogas. Outrossim, os recursos da mídia estão sendo pouco explorados como instrumentos de prevenção, resultando na necessidade de pesquisas que estimulem a qualidade das matérias sobre as substâncias psicoativas e principalmente sobre o uso de crack, fenômeno muito recente no Brasil.

Partindo da premissa de que os jornalistas possuem responsabilidade social quando escrevem e divulgam matérias e informações, é relevante colocar que estes têm o dever de substituir visões ultrapassadas de estigmatização do usuário e amedrontamento da sociedade pelas novas iniciativas como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Programas de Redução de Danos, os quais já ocupam um espaço considerável no Brasil (ANDI, 2005).

As ações de prevenção ao uso de drogas atuam em diversas áreas como saúde, justiça, educação e devem atentar-se para os contextos históricos, socioculturais e econômicos dos indivíduos bem como à realidade do consumo de substâncias e suas motivações. Dessa forma, os recursos da mídia podem ser uma alternativa interessante para contribuir e serem aliados às medidas preventivas (BÜCHELE et al., 2009; NOTO; BOUER, 2011).

Diante do exposto, entende-se que compreender de forma mais aprofundada as peculiaridades da abordagem midiática sobre a droga crack pode auxiliar estratégias de prevenção e promoção de saúde, além de divulgar informações sobre a substância que podem ser relevantes para desconstruir estigmas sobre o usuário de substâncias psicoativas. Para tal, a seguir será descrito o percurso metodológico desenvolvido para a realização dessa pesquisa.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa foi desenvolvida em duas etapas distintas, porém complementares. A primeira foi constituída pela realização de uma revisão sistemática da literatura científica sobre crack e mídia. Esta possibilitou conhecer as publicações já existentes, embasar teoricamente os resultados e discussão da segunda etapa, bem como estudar metodologias pertinentes ao estudo do referido tema. Essa primeira etapa resultou em um artigo científico intitulado *Crack e mídia: uma revisão sistemática da literatura científica* (ARTIGO 1).

A segunda parte desse trabalho foi construída a partir de uma pesquisa documental em jornais de ampla veiculação nacional, possibilitando a construção de outro artigo científico intitulado *A abordagem da mídia jornalística brasileira sobre o crack* (ARTIGO 2). Os passos referentes a cada etapa estão explicitados a seguir, primeiramente será descrita a metodologia utilizada no artigo 1 e, posteriormente, o percurso que diz respeito ao artigo 2.

4.1 DESCRIÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO ESTUDO

Com objetivo de adquirir um embasamento teórico e científico para discussão dessa pesquisa, optou-se por realizar uma revisão sistemática da literatura sobre crack e mídia em cinco bases de dados antes da discussão dos resultados principais dessa dissertação.

Este primeiro estudo utilizou, então, a estratégia metodológica da revisão sistemática, a qual consiste em uma forma de pesquisa objetiva e reproduzível que utiliza a literatura sobre determinado tema como fonte de dados. Esse tipo de investigação permite a incorporação de um espectro amplo de resultados relevantes, realizando seleção com critérios de inclusão e exclusão explícitos. É realizada mediante a aplicação de método científico e buscas sistematizadas com apreciação crítica e síntese da informação selecionada (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Buscou-se, com esta revisão, obter maior compreensão do assunto e dos aspectos da realidade visando a ampliação de conhecimentos e familiarização com o problema.

Convém mencionar que foi previamente realizada uma pesquisa no Portal de Evidências da Biblioteca Virtual em Saúde, disponível no endereço <http://evidences.bvsalud.org/php/index.php> para verificar a

existência de outras revisões sobre o referido tema, porém não foram encontrados outros achados similares.

4.1.1 Buscas nas bases de dados

As buscas iniciaram em março de 2015 nas bases de dados SciVerse Scopus, MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e Psycinfo (American Psychological Association).

As referidas bases de dados foram elencadas devido sua relevância científica, relação com a temática pesquisada e inclusão da literatura nacional e internacional, propiciando, dessa forma, alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa.

As buscas para identificar publicações sobre crack e mídia seguiram rigorosamente um protocolo previamente estabelecido pelos pesquisadores adaptado a cada uma das bases de dados e seus descritores, conforme estão apresentados abaixo:

SciVerse Scopus: "crack cocaine" AND "social media" OR "Communications Media" OR "mass media" OR "internet" OR "television" OR "social network" OR "social networks"

MEDLINE: "crack cocaine"[All Fields] OR "crack cocaine"[MeSH Terms] OR "crack"[All Fields]) AND ("media"[All Fields] OR "social media"[Mesh Terms] OR "social media"[All Fields] OR "Communications Media" [Mesh Terms] OR "Communications Media"[All Fields] OR "mass media"[Mesh Terms] OR "mass media"[All Fields] OR "internet"[All Fields] OR "internet"[Mesh Terms] OR "television"[MeSH Terms] OR "television"[All Fields] OR "journals"[All Fields] OR press[All Fields] OR "social network"[All Fields] OR "social networks"[All Fields])

LILACS: "Cocaína Crack" OR crack AND mídia OR "Mídias Sociais" OR midiatização OR radio OR televisão OR jornais OR imprensa OR "redes sociais" OR internet OR jornalismo OR jornalista* OR "meios de comunicação"

SciELO: (crack) AND (mídia\$ OR radio OR televisão OR jornais OR imprensa OR "redes sociais" OR internet OR jornalís\$ OR "Medios de Comunicación" OR "social media" OR "mass media" OR television OR journals OR press OR prensa)

Psycinfo: "crack cocaine" AND "social media" OR "Communications Media" OR "mass media" OR "internet" OR "television" OR "social network" OR "social networks"

4.1.2 Critérios de inclusão e exclusão

A seleção dos artigos foi realizada primeiramente pela leitura dos títulos e dos resumos e, em caso de dúvida a respeito da pertinência do estudo realizou-se a leitura na íntegra. A análise foi realizada de forma independente por duas pesquisadoras. Nos casos de discordância, foi solicitada a avaliação de um terceiro pesquisador.

Foram obedecidos aos seguintes critérios de inclusão:

- Estudos que discutiram como a droga crack é abordada pelos meios de comunicação;
- Estudos publicados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola.

Com relação aos critérios de exclusão, foram retirados:

- Estudos que não tinham o crack como foco;
- Estudos que não tratavam do tema crack e mídia;
- Estudos oriundos de revisão de literatura.

4.1.3 Organização e Análise dos dados

As buscas nas 05 bases de dados elencadas para pesquisa resultaram em 306 artigos e com base nos critérios de exclusão e inclusão, foram selecionados 12 artigos. As listas de referências desses artigos foram analisadas a fim de identificar outros trabalhos que atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos. A partir dessa busca manual, mais um artigo foi selecionado, resultando em 13 artigos para leitura. Os passos para seleção dos estudos estão apresentados no fluxograma 01.

Para desenvolver uma análise qualitativa desse conteúdo utilizou-se os passos operacionais para análise de conteúdo propostos por Minayo (2000) e adaptados à revisão sistemática, que incluem: ordenação, classificação dos dados e análise final. Na etapa de ordenação, os artigos incluídos foram dispostos, conforme o quadro 2, que possibilitou um panorama geral, facilitando a leitura e, posteriormente, a classificação do material analisado. Esse quadro apresenta também o título, ano de publicação, base de dados e o tipo de mídia abordado por cada artigo.

A segunda etapa, classificação, foi realizada a partir da leitura exaustiva e da identificação dos pontos relevantes dos artigos incluídos e, assim, definidos os temas, conforme tabela 3. A análise final qualitativa foi realizada a partir da nova leitura dos textos, possibilitando a categorização dos temas e contextualizando-os com a literatura científica.

Os resultados dessa busca estão descritos no Artigo 1 *Crack e Mídia: uma revisão sistemática da literatura científica*.

4.2 DESCRIÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO ESTUDO

A segunda etapa refere-se à análise documental de notícias sobre crack de dois jornais de circulação nacional com acesso disponível online. A pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, como as matérias de jornais, chamados de documentos de “primeira mão”. Apresenta como vantagens a estabilidade dos dados, já que os documentos subsistem ao longo do tempo. Além disso, não exige contato com os sujeitos da pesquisa, o que muitas vezes é difícil dependendo da complexidade das circunstâncias que envolvem esse contato (GIL, 2008).

O tipo da pesquisa é descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa. As pesquisas exploratórias têm como objetivo o aprimoramento de ideias e a familiarização com o problema, tornando-o mais explícito ou também construindo hipóteses a seu respeito. Dessa forma, seu planejamento é bastante flexível e considera variados aspectos relativos ao fato estudado. As pesquisas descritivas, por sua vez, possuem o objetivo principal de descrever as características de determinado fenômeno, incluindo aquelas que visam levantar atitudes e crenças de uma população (GIL, 2008).

Foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Minayo (2000) que permite a descoberta do que está por trás dos que se manifesta nos documentos, ou seja, ultrapassa aquilo que está aparente na comunicação. Esta técnica de investigação visa ir além do senso comum e da interpretação subjetiva, proporcionando uma análise crítica da comunicação de documentos, textos, biografias, entrevistas, etc.

4.2.1 Buscas nos jornais escolhidos

A segunda pesquisa foi realizada por meio de buscas nos sites dos dois jornais escolhidos: Carta Capital em www.cartacapital.com.br e

Folha de São Paulo em <http://www.folha.uol.com.br> com delimitação de tempo, compreendendo o período de 01 de maio de 2014 a 31 de maio de 2015.

Ambos os jornais são de ampla circulação no Brasil e estão disponíveis em formato impresso e online. A Folha de São Paulo é considerada um jornal tradicional, possuindo grande volume de notícias publicadas e tem mais de 80 anos de história. Segundo a pesquisa “Perfil do Leitor” realizada pelo Datafolha e disponibilizada no site, o público deste jornal consiste em sua maioria em adultos com mais de 40 anos com alta escolaridade (Fonte: Site da Folha de São Paulo).

Já a Carta Capital denomina-se uma “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira” e reforça sua intenção de exercer o “espírito crítico” (Fonte: Site da Carta Capital). Além disso, possui menor quantidade de reportagens publicadas, porém, em sua maioria, são mais extensas e detalhadas quando comparadas às da Folha de São Paulo.

No site da Carta Capital, ao acessar o link “sobre a Carta Capital” tem-se a descrição do jornal como: “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira, Carta Capital, publicada pela Editora Confiança, nasceu calcada no tripé do bom jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste (...). É considerada leitura obrigatória para todas as pessoas que buscam não apenas informação exclusiva e qualificada, mas uma visão crítica dos acontecimentos da política, economia e cultura, no Brasil e no mundo (...). Com um público altamente qualificado que gosta de conhecer a verdade dos fatos e busca por pontos de vistas e opiniões diferenciadas do mercado, o leitor de Carta Capital é um cidadão crítico que troca informações em seu ambiente de trabalho, inspirando-se na liberdade de expressão, transparência e independência da revista.”

Já o jornal Folha de São Paulo divide sua autodescrição em Missão, Visão e Princípios e valores. Sua Missão é “Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania.” A Visão consiste em “consolidar-se como o mais influente grupo de mídia do país.” e, por fim, seus Princípios e Valores são “Independência econômica e editorial;

compromisso com o leitor; ética; defesa da liberdade de expressão; defesa da livre iniciativa; pioneirismo e respeito à diversidade” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Sendo assim, a escolha desses jornais foi baseada nas suas diferentes características: idade do jornal, público alvo, volume de publicações, objetivos dos jornais, tamanho e formato das reportagens. A Folha de São Paulo é conhecida como uma fonte mais tradicional, já a Carta Capital como uma opinião alternativa aos veículos denominados de “direita”. Essas distinções possibilitaram observar as diferentes formas de veiculação da mídia e, dessa forma, realizar uma análise mais fidedigna dessa ferramenta.

4.2.2 Critérios de inclusão e exclusão

A seleção das reportagens foi realizada a partir da leitura do título, manchete e conteúdo do texto e teve como base os seguintes critérios de inclusão:

- Notícias nacionais e publicadas na língua portuguesa;
- Notícias publicadas no período de maio de 2014 a maio de 2015;
- Notícias que abordaram centralmente a droga crack;
- Notícias com autoria de colunistas, jornalistas e também especialistas.

Durante o processo de inclusão das notícias, optou-se pela adição de mais um critério: reportagens que realizaram relação direta da droga crack com a criminalidade. Essa inclusão se deu devido à significativa quantidade de matérias que trouxeram essa abordagem e por esse dado, por si só, já ser relevante ao analisar a abordagem da mídia como um todo.

No que diz respeito aos critérios de exclusão, delimitou-se a retirada de:

- Notícias em duplicidade;
- Notícias constituídas de resumos da semana, com diferentes assuntos ou manchetes;
- Propagandas ou críticas de livros, filmes e eventos sobre drogas;
- Comentários ou textos enviados por leitores do jornal;
- Notícias que centralizaram sua abordagem em outras drogas diferentes do crack ou em drogas de forma geral, sem especificação.

4.2.3 Classificação e análise dos dados

As buscas nos dois jornais elencados resultaram em 25 reportagens do Carta Capital e 322 do jornal Folha de São Paulo. Com base nos critérios de exclusão e inclusão, foram selecionadas 06 e 105 respectivamente, totalizando 109 matérias para análise, conforme fluxograma 02.

A classificação e análise dos materiais encontrados foram realizadas conforme proposto por Minayo (2000): ordenação, classificação dos dados e análise. A ordenação consistiu na construção de um quadro com as reportagens selecionadas nos dois jornais a fim de reunir o material encontrado e facilitar sua leitura e classificação (quadro 3). Na etapa de classificação, foi identificada a temática principal de cada uma das 109 reportagens e também levantadas algumas informações específicas consideradas pertinentes aos objetivos a que se propôs essa pesquisa. Foram elas:

- Fontes das informações citadas nas reportagens;
- Decorrências do uso de crack;
- Alternativas para lidar com o uso de crack;
- Dispositivos de saúde utilizados para tratamento do uso de crack.

Os dados foram inseridos numa planilha para melhor organização da análise, tendo sido esse processo realizado por dois pesquisadores, de forma independente. Ao ocorrerem divergências, foi solicitada a avaliação de um terceiro pesquisador.

Os resultados dessa pesquisa estão presentes no artigo 2 *A abordagem da mídia jornalística brasileira sobre o crack*.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão dos dois estudos descritos anteriormente estão apresentados em forma de dois artigos científicos intitulados: **Crack e mídia: uma revisão sistemática da literatura** e **A abordagem da mídia jornalística brasileira sobre o crack**.

5.1 MANUSCRITO 1 - CRACK E MÍDIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA

Larissa de Abreu Queiroz¹
Fátima Büchele²

RESUMO

Este estudo selecionou sistematicamente artigos da literatura sobre crack e mídia, a fim de compreender o que dizem publicações científicas a respeito da abordagem dos meios de comunicação sobre a droga crack. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura científica internacional nas bases de dados LILACS, MEDLINE, SciELO, Psycinfo e SciVerse Scopus. As buscas resultaram em 306 artigos identificados, dentre eles, 13 foram selecionados conforme os critérios de inclusão e exclusão seguidos de análise de conteúdo. Foram identificados dois temas: *Como o uso de crack é apresentado pela mídia* e *Percepção dos usuários sobre as informações divulgadas pela mídia*. Considera-se que há defasagem no aproveitamento dos meios de comunicação para ações em saúde, como prevenção e promoção. A utilização de abordagem superficial ao tratar do uso de crack, reforça estigmas e preconceitos sobre os usuários, bem como processos de exclusão social, afastando-os dos serviços e ações de saúde. A dependência ao crack exige uma visão abrangente, integrada e interdisciplinar e, nesse sentido, os meios de comunicação parecem não envolver toda a complexidade do fenômeno. A realização da revisão sistemática reuniu dados importantes sobre a abordagem da mídia sobre drogas, com foco específico para o crack, podendo embasar estudos posteriores sobre o tema e trazendo à tona uma visão crítica sobre os meios de comunicação.

Palavras-chave: Cocaína Crack. Revisão. Meios de Comunicação.

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina

²Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina

ABSTRACT

This study systematically selected articles from literature about crack cocaine and media in order to understand how this substance and the communication means have been approached in scientific publications. We held a systematic review of the international scientific literature in the databases LILACS, MEDLINE, SciELO, Psycinfo and SciVerse Scopus. The search resulted in 306 identified articles, of which 13 were selected, according to inclusion and exclusion criteria, followed by an content analysis. Two topics were identified: How the crack cocaine use is shown by the media and the perception of the users about the information released by the media. We consider that there is a gap in the communication means usage for health actions, as prevention and promotion. The usage of superficial approaches when discussing the crack cocaine use reinforces stigmata and prejudice against the users, as well as social exclusion, diverging them from health services and actions. The crack cocaine addiction demands an extensive, integrated and interdisciplinary view and, in that manner, the communication means do not seem to reach all of the phenomenon complexity. The systematic review realization gathered important data about the approach of media about drugs, with a specific focus on crack cocaine, being able to base future studies about the subject and bringing up a critical view of the communication media.

Keywords: Crack Cocaine. Review. Communications Media.

INTRODUÇÃO

O Relatório Mundial sobre Drogas realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) estimou em 2011 que entre 14 e 20 milhões de pessoas no mundo são usuárias de crack (UNODC, 2011). No Brasil, o consumo dessa substância foi investigado oficialmente pela Secretaria Nacional sobre Drogas (SENAD) em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz em 2013. Essa pesquisa estimou que o país possui aproximadamente 370 mil usuários regulares distribuídos nas suas capitais e no Distrito Federal, correspondendo a 0,81% da população, número que não configura uma epidemia no seu sentido conceitual (BRASIL, 2013).

A droga crack é um subproduto da cocaína apresentado em forma de pedras que são fumadas em cachimbos e atingem o cérebro em alguns segundos. A cocaína é uma substância extraída de uma planta chamada *Erythroxylon coca*, conhecida popularmente como coca, com origem na América do Sul (ALVES et al., 2011).

Devido ao baixo custo e a facilidade do acesso, o crack é uma alternativa de consumo da cocaína pelas populações mais pobres e marginalizadas. Geralmente é utilizado em ambientes inóspitos e os usuários apresentam um padrão de consumo compulsivo. Seu efeito é menos duradouro do que o da cocaína fumada, o que ocasiona um intervalo menor na repetição das doses (JORGE et al., 2013).

Esta droga é frequentemente abordada pela mídia e associada a casos dramáticos de dependência, violência e crescimento do consumo, o que acaba gerando intolerância com relação a essa substância. Segundo pesquisa realizada por Noto et al. (2003) os derivados da coca ocupam o segundo lugar entre as drogas mais divulgadas pela mídia brasileira, com 9,2%, ao lado da maconha, e atrás do tabaco (18,1%).

Essa distribuição não é coerente com os dados epidemiológicos do consumo de drogas no Brasil, já que o álcool é a droga mais consumida pela população e que possui os maiores índices de problemas decorrentes do seu uso. O estudo realizado em hospitais públicos pelo Ministério da Saúde em 2010 apontou que uma em cada cinco vítimas de trânsito atendidas nos prontos-socorros brasileiros ingeriram bebida alcoólica. Além disso, mostra que 49% das pessoas que sofreram algum tipo de agressão consumiram álcool (BRASIL, 2010).

Essa disparidade em relação à epidemiologia do uso, suas implicações e a frequência de notícias veiculadas na mídia é semelhante ao que ocorre com o tabaco e às anfetaminas, drogas lícitas que também possuem indicação de consumo abusivo, porém frequência relativamente pequena de artigos na mídia (NAPPO; OLIVEIRA; MOROSINI, 1998). Segundo Noto et al. (2003) esse dado demonstra que as substâncias lícitas e suas consequências são preteridas para enfatizar os danos das ilícitas.

O discurso jornalístico é uma das maiores fontes de definição de realidade na sociedade atual e os meios de comunicação podem afetar o julgamento da população sobre determinado tema, instruindo as pessoas sobre o que pensar e como agir. Deste modo, é relevante considerar a mídia como formadora de opinião, influenciando a criação de normas e crenças sobre o uso de drogas (GASTALDO; BRITTOS, 2006; RONZANI et al., 2009; CIARLO; MASTROIANNI, 2010).

Sobretudo, apesar dos meios de comunicação serem um instrumento auxiliador das políticas públicas, contribuindo com alguns programas de saúde por meio de informações jornalísticas e campanhas publicitárias, poucos esforços têm sido feitos para compreender essa questão no contexto do uso de drogas. Nesse sentido, os recursos da mídia estão sendo pouco estudados e explorados como instrumentos de prevenção, resultando na necessidade de pesquisas que estimulem a qualidade das matérias sobre as drogas no país (NOTO; BOUER, 2011).

Apesar da ênfase dada pela mídia com relação ao uso de crack, poucos estudos têm sido realizados com o objetivo de compreender a qualidade e veracidade das informações divulgadas. O alcance dos meios de comunicação e seu grande potencial de disseminação, sinalizam a necessidade de ampliar essa discussão, o que torna a presente pesquisa atual e relevante. É importante também considerar que esse estudo poderá dar maior visibilidade científica a esse fenômeno e apontar possíveis contradições sob a ótica da saúde, que acabam por resultar em contradições na própria opinião pública a respeito do consumo dos diversos tipos de substâncias psicoativas. Quiçá, a partir desse aprofundamento, seja possível utilizar esses instrumentos de forma mais benéfica para a prevenção e promoção da saúde e para o próprio usuário crack.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo desenvolver uma revisão sistemática da literatura científica nacional e internacional sobre o crack e sua abordagem pela mídia, a fim de compreender como são divulgadas as informações sobre a referida droga nas publicações científicas, visando contribuir para melhorias de estratégias de utilização da importante ferramenta da mídia.

MÉTODOS

A estratégia metodológica adotada para alcançar os objetivos deste estudo foi a revisão sistemática, utilizada para identificar publicações sobre crack e mídia em cinco bases de dados científicas: SciVerse Scopus, MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e Psycinfo (American Psychological Association).

As buscas iniciaram em março de 2015 com a inclusão de três das cinco bases de dados elencadas para versão final da pesquisa: MEDLINE, SciELO e LILACS. Devido à pequena quantidade de

artigos encontrados, optou-se por fazer a inclusão de mais duas bases (Psycinfo e Scopus) visando ampliar a dimensão da pesquisa.

As buscas seguiram rigorosamente um protocolo previamente estabelecido pelos pesquisadores e adaptado a cada uma das bases de dados e seus descritores, conforme estão apresentados no quadro 01.

A seleção dos artigos obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: estudos que discutiram como a droga crack é abordada pelos meios de comunicação e publicados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Foram excluídos estudos que não tinham o crack como foco ou que não tratavam do tema crack e mídia e também aqueles oriundos de revisão de literatura.

A análise foi realizada de forma independente por duas pesquisadoras. Nos casos de discordância, foi solicitada a avaliação de um terceiro pesquisador.

Organização e análise dos dados

As buscas nas 05 bases de dados elencadas para pesquisa resultaram em 306 artigos, com duplicidade encontrada em 49 deles. Com base nos critérios de exclusão e inclusão, foram selecionados 12 artigos. As listas de referências desses artigos foram analisadas a fim de identificar outros trabalhos que atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos. A partir dessa busca manual, mais um artigo foi selecionado, resultando em 13 artigos para leitura. Os passos para seleção dos estudos estão apresentados no fluxograma 01 e a frequência de artigos encontrados por base de dados especificados na Tabela 2.

Para desenvolver uma análise qualitativa desse conteúdo utilizou-se os passos operacionais para análise de conteúdo propostos por Minayo (2010) e adaptados à revisão sistemática, que incluem: ordenação, classificação dos dados e análise final. Na etapa de ordenação, os artigos incluídos foram dispostos, conforme o quadro 2, que possibilitou um panorama geral, facilitando a leitura e, posteriormente, a classificação do material analisado. A segunda etapa, classificação, foi realizada a partir da leitura exaustiva e da identificação dos pontos relevantes dos artigos incluídos e, assim, definidos os temas centrais, conforme Tabela 1. A análise final foi realizada a partir da categorização dos temas, contextualizando-os com a literatura científica.

RESULTADOS

Após a leitura dos 13 artigos selecionados para análise, os dados foram separados em dois temas centrais para, posteriormente, ser realizada a discussão. Ficaram assim constituídos:

Tema 1: Como o uso de crack é apresentado pela mídia;

Tema 2: Percepção dos usuários sobre as notícias divulgadas pela mídia.

Tema 1: Como o uso de crack é apresentado pela mídia

Os 09 estudos que compõem esse tema analisam como os meios de comunicação divulgam as informações sobre a droga crack e sobre os indivíduos que fazem uso dessa substância.

Os resultados das pesquisas apontam que a mídia mostra o usuário de crack como alguém incapaz de lutar sozinho contra a sua dependência (SANTOS et al., 2012) e que possui uma postura passiva diante da droga (ROMANINI; ROSO, 2012). A imagem do usuário é relacionada diretamente à pobreza e ao envolvimento com a criminalidade, apesar de na prática não ser possível preestabelecer um perfil dos indivíduos que são ou se tornarão consumidores dessa substância (CUNDA; SILVA, 2014).

A droga crack é apresentada como um ser que tem vida própria, invade as casas e destrói as famílias. Para que a paz volte a estar presente, seria necessário eliminá-la da sociedade, pois essa substância levaria o indivíduo à criminalidade, à morte e ao sofrimento. (ROMANINI; ROSO, 2012; SANTOS et al., 2012). Além disso, embora haja evidências de que é possível fazer uso controlado do crack, é divulgado como verdade absoluta que seu consumo torna-se compulsivo a partir da primeira experimentação, bem como seu alto poder viciante (CUNDA; SILVA, 2014).

Chagas e Seeger (2013) afirmam que é apresentada pela imprensa uma dicotomia – vida versus morte – na qual a aproximação com o crack remete à possibilidade iminente da morte e o distanciamento estaria associado à categoria vida. Esta aproximação da droga também estaria ligada a problemas familiares, consequências criminais e morais e falta de prestígio social (CHAGAS; SEEGER, 2013; ROMANINI; ROSO, 2012; SANTOS et al., 2012).

Frúgoli e Sppagiari (2011) realizaram um estudo no bairro da Luz, na cidade de São Paulo, conhecido como Cracolândia. Este tem

sido alvo de muitas coberturas midiáticas e, ao adentrarem o local, os autores apontam que esse ambiente é muito mais do que representações estigmatizadas reproduzidas pelos meios de comunicação, os quais veiculam a imagem de que o uso de crack é encontrado em todo o bairro, bem como a criminalidade. Os comerciantes e pessoas que frequentam o bairro da Luz, afirmam que o local é bom, para além da presença dos usuários de crack. Há defasagem de uma análise mais profunda por parte da mídia ao falar sobre este bairro que traga uma análise da pluralidade de atores envolvidos naquele território, das relações complexas e heterogêneas que permeiam as ruas e que ultrapassam o uso de drogas (FRÚGOLI; SPPAGIARI, 2011).

Segundo Hartman e Golub (1999) a imprensa divulga três “mitos” em torno do crack: o primeiro seria de que ele é uma substância psicoativa mais perigosa do que as demais; o segundo que o uso dessa droga faz com que os usuários se tornem violentos e, por fim, que os traficantes estão se tornando muito ricos. Esses mitos foram divulgados no ano de 1986, por 66% dos artigos do jornal New York Times, na época da chamada epidemia do crack nos Estados Unidos, porém esse número foi decrescendo ao longo dos anos, tendo no ano de 1995 30% dos artigos com essa característica.

Ainda com relação à quantidade de notícias sobre crack veiculadas nos meios de comunicação, Nappo, Sanchez e Ribeiro (2012) utilizaram os Alertas do Google a fim de quantificar as notícias online encontradas sobre drogas no Brasil. Nos cinco primeiros meses de 2011, foram localizadas 852 notícias sobre drogas em geral e 833 artigos que falavam sobre o crack especificamente.

Ainda segundo Nappo, Sanchez e Ribeiro (2012) as publicações científicas sobre o crack também aumentaram recentemente: na base de dados PubMed foram identificados 27 artigos sobre o crack publicados até 2004 e 80 até 2011. Já no SciELO havia 11 publicações até 2004 e 29 até 2011. Os resultados apontam um aumento das pesquisas científicas e também das notícias sobre crack veiculadas pela mídia.

O crescimento da abordagem dos meios de comunicação sugere relevância do fenômeno desta droga no Brasil, porém é distinto do que os resultados epidemiológicos mostram na pesquisa de Nappo, Sanchez e Ribeiro (2012): baixa prevalência do uso dessa droga na população. A pesquisa foi realizada nos anos de 2004 e 2010 com os estudantes de escolas públicas e privadas, na qual 0,6% relataram uso de crack na vida, sendo baixa a prevalência principalmente quando comparada às outras drogas da amostra, com álcool e tabaco sendo as mais utilizadas.

A prevalência de uso de crack no último ano também não foi significativa quando comparada às outras drogas lícitas e ilícitas do questionário, relatado por 0,4% dos alunos. Entre os anos de 2004 e 2010 também não houve diferença do uso de crack entre os estudantes. Em ambos os anos 0,7% relataram uso na vida e 0,4% uso no último ano. Os autores sinalizam que esses dados contradizem o que é veiculado pelos meios de comunicação, que apontam uma epidemia como se o uso de crack estivesse aumentando nos últimos anos.

Sob a ótica da saúde, ao mesmo tempo em que a mídia divulga que não há cura para a dependência do crack, apresenta as unidades de internação como solução para o problema e única possibilidade de sucesso no tratamento, além da administração medicamentosa. (SANTOS et al., 2012; CUNDA; SILVA, 2014). As notícias pesquisadas nos jornais de âmbito nacional mencionam pouco os dispositivos do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento de pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas, como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS Ad). Quando são citados, ocultam o real papel dos serviços, apresentando-os como precários no seu funcionamento e atendimentos (ROMANINI; ROSO, 2012).

O grande problema no que diz respeito às estratégias de saúde seria a defasagem dos leitos psiquiátricos, desconsiderando o que preconiza a Política Nacional de Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas: redução de danos e outras possibilidades extra hospitalares (CUNDA; SILVA, 2014). Dessa forma, percebe-se que as políticas de repressão se sobressaem em relação às políticas de prevenção, promoção de saúde e tratamento (ROMANINI; ROSO, 2012).

Hartman e Golub (1999) em pesquisa realizada nos jornais americanos perceberam um viés alarmista e sensacionalista no cunho das notícias. Além disso, ao mencionar a epidemia do crack, a mídia jornalística não deixa clara a tendência natural desse tipo de fenômeno – seu surgimento, estabilização e finalização – como se fosse algo interminável e sem solução. Além disso, esses “pânicos” serviram para desviar a atenção de outros problemas sociais que estavam ocorrendo concomitantemente. Humphries (1998) afirma que o amedrontamento com relação ao uso de drogas e o pânico moral exercido pela mídia também seguem essa trajetória: o volume de notícias sobre crack e demais fenômenos ao longo da história aumenta, atinge um pico e acaba sumindo do olhar midiático.

A pesquisa de Chagas e Seeger (2013) identifica que há utilização de mecanismos discursivos de persuasão, manipulação e intimidação envolvidos nas matérias dos jornais, abordando a droga crack como um fenômeno linear e como uma verdade universal, sem permitir espaço para questionamentos. Além disso, o discurso é organizado de forma repressiva, autoritária e superficial, banalizando a complexidade do fenômeno, apresentado pelos jornais nacionais pesquisados como uma epidemia (CHAGAS; SEEGER, 2013; ROSO et al., 2013).

Humphries (1998) analisou notícias sobre mulheres grávidas dependentes de crack, veiculadas na televisão norte-americana de 1983 a 1994. O autor aponta três imagens diferentes veiculadas sobre essas usuárias: a primeira se constitui em mulheres brancas de classe média, não apresentando as consequências óbvias do uso da droga para os seus bebês nas reportagens. As mulheres, assim como outros membros da classe média, foram apresentadas como psicologicamente dependentes, utilizando tratamento medicamentoso. Em segundo lugar, foram apresentadas mulheres negras pobres, com notícias ressaltando as graves consequências do uso para os bebês. Todos os integrantes dessa classe foram identificados como fisicamente dependentes e sendo alvos para punição. Em terceiro lugar, foram apresentadas também mulheres negras e pobres, ressaltando o sofrimento de uma dependência espiritual e física. O tema da maternidade continua a ser o mais importante, mas as mães, quando detidas, após completar suas penas ou realizarem o tratamento esperam recuperar a custódia dos seus filhos.

Corroborando com essas afirmações, Roso et al. (2013) afirmam que há ênfase dos meios de comunicação nas histórias pessoais e na violência, bem como uma omissão na discussão sobre as causas do uso, abuso e dependência do crack, não havendo contextualização do tema em seus diversos âmbitos, o que prejudica as possibilidades da expansão do debate. As fontes menos consultadas são acadêmicas e pesquisas, sendo em sua maioria, entrevistas de rua, profissionais da lei e de fiscalização (HARTMAN; GOLUB, 1999).

Esse tema aprofundou o discurso midiático, apontando as características do seu conteúdo e algumas contradições encontradas nas informações veiculadas.

Tema 2: Percepção dos usuários sobre as notícias divulgadas pela mídia

Neste tema foram incluídos 04 artigos que apresentam a percepção dos usuários de crack diante das notícias ou campanhas publicitárias veiculadas pela mídia sobre essa substância. Dos quatro estudos, três possuem os mesmos autores (ROMANINI; ROSO, 2013), sendo resultado de pesquisa de campo realizada num Centro de Atenção Psicossocial.

Foram realizadas “rodas de conversa” com usuários de crack dentro do CAPS a partir da exposição de alguns trechos da Campanha Crack, Nem pensar promovida por um canal de televisão da região Sul do Brasil. Os usuários relatam que muitas vezes acaba-se vivendo para fumar o crack, demonstrando o que os autores chamam de caráter alienante do uso da droga, no qual o sujeito passa a ser definido por aquilo que consome. Essa redução do sujeito à identidade de consumidor de crack aparece nas matérias veiculadas pela mídia nas quais são denominados “craqueiros” e provocam a percepção nos usuários participantes da pesquisa de que na campanha, eles (ou craqueiros) são todos iguais, como se fossem um grupo de única identidade. Esta é uma estratégia utilizada comumente pelos meios de comunicação quando o tema abordado é o uso e/ou usuário de drogas, apresentando uma visão padronizada dos indivíduos que parece estar incorporada no discurso como algo natural (ROMANINI; ROSO, 2013a).

Romanini e Roso (2013a) ressaltam que ao manter esse grupo uniforme, mantém-se, ao mesmo tempo, uma diferenciação dos demais – ou das pessoas que não são usuárias de drogas. Ou seja, o outro é que possui a patologia que ameaça e amedronta os demais grupos, tornando-se necessárias intervenções ideológicas e repressivas.

Com relação aos efeitos do crack, a sensação intensa de prazer ressaltada pelos meios de comunicação, não é relatada pelos usuários na pesquisa de Romanini e Roso (2013b). Em contrapartida, foram constantes os relatos das sensações de dor provocadas pelo consumo compulsivo e, curiosamente, a falta de dor ou dessensibilização que este uso provoca, amortecendo preocupações e sofrimentos.

Alguns usuários também mencionam que é presente a prática de cortar a própria pele com o intuito de sentir dor. Os autores apontam que nesse fato talvez esteja a explicação entre as diferenças que eles estabeleceram entre os “personagens” da televisão e os usuários de

verdade. Os primeiros são/estão “mortos”, “sem vida” e, dessa forma, não sentem dor, não vivem mais. Os segundos são “mortos-vivos” e estes, por sua vez, podem até não sentir dor ou não enxergar os sentimentos dos outros, mas suas ações de “morte em vida”, como usar o crack e machucar a si próprios, causam dor e sua presença faz com que saibam que ainda há vida neles (ROMANINI; ROSO, 2013b).

A pesquisa de Neto e Santos (2014) corrobora com o que foi afirmado anteriormente ao trazer que o usuário reconhece o consumo como “obrigatório”, como uma demanda orgânica a partir do qual nenhum prazer é obtido, mas sim, o alívio da dor e a eliminação de uma necessidade. As representações sobre as pessoas que consomem crack apresentadas pelos próprios usuários estão relacionadas a ausência de valores morais ou princípios éticos, alguém que age de acordo com a sua necessidade de ter a droga e que não se preocupa com os outros ou com sua vida social, envolvendo-se frequentemente com a criminalidade. Esta representação coincide com a exposta pela mídia e, em contrapartida, não é como eles descrevem suas próprias experiências com a droga. Os autores afirmam que isso demonstra que os usuários não se reconhecem ou não se apropriam da imagem que fazem de si próprios, a qual está relacionada com a dor da dependência, os efeitos negativos da droga e o estigma que os afasta da sociedade.

No que tange à relação dos usuários com suas famílias, a mídia veicula entrevistas com “profissionais da área” com o objetivo de legitimar a relação entre a dissolução da família e a delinquência, a dependência química, entre outras problemáticas. As famílias que distanciam-se do modelo tradicional são consideradas desordenadas, o que mostra a presença de um discurso que responsabiliza a separação da família pela crise social vivida atualmente, culpabilizando-a pela dissolução dos costumes e dos valores éticos. Desconsidera-se, então, a necessidade do investimento em espaços públicos desvalorizados, empobrecidos econômica e subjetivamente (ROMANINI; ROSO, 2013a).

Romanini e Roso (2013a) referem que os usuários, ao verem cenas da Campanha Crack Nem Pensar, têm reação imediata de concordar com o que está sendo dito com relação às famílias, apresentando sentimento de culpa e dizendo-se afetados pelas imagens e textos que dizem respeito ao sofrimento dos familiares em decorrência do uso de crack. Os usuários afirmam que este é um problema que ocorre com todos, partindo da ideia da universalidade do problema. A ideia de que todas as famílias convivem com o problema das drogas

parece funcionar, nesta situação, como amenizador do sentimento de culpa, pois eles não são os únicos a causarem esse tipo sofrimento e, além disso, corroboram com o que é mostrado pela mídia e pelas campanhas de enfrentamento ao crack.

Outro aspecto discutido na pesquisa de Romanini e Roso (2013b) diz respeito às questões de gênero e estereótipos os quais são veiculados frequentemente por meio de filmes, novelas e comerciais, mantendo relações de dominação entre homens e mulheres. Os usuários apontam que as marcas no corpo masculino representam a força e virilidade do homem, porém as mesmas marcas no corpo feminino representam um corpo que não é atraente, o que demonstra que o uso de crack não altera as relações de gênero. Essa questão não chega a ser problematizada pelos sujeitos, mas os autores observaram que esses estereótipos veiculados pela mídia foram reproduzidos, inclusive apontando a questão da prostituição para conseguir o crack que, segundo os homens, “é coisa de mulher” e seguidamente contando dos roubos e brigas nas quais se envolveram (atitudes que parecem mais “adequadas” ao sexo masculino).

Os autores apontam que “demonizar” o crack e, conseqüentemente, os indivíduos que fazem uso dessa droga, inviabiliza qualquer tentativa de pensar a questão na perspectiva da subjetividade desses sujeitos, da experimentação da sua identidade, ou como eles vivem no seu corpo. A normatização do fenômeno do uso de drogas e o preconceito perdem de vista as histórias singulares que, conforme ficou nítida na pesquisa, são muito mais complexas (ROMANINI; ROSO, 2013b). Além disso, a “Guerra ao Crack” promovida pela Campanha “Crack nem pensar” pode estar despertando sentimentos hostis na população em relação aos usuários, reforçando estigmas e preconceitos. Por esse motivo as Rodas de Conversa realizadas, segundo os autores, convocam a assumir posição contrária a esse tipo de exposição, pois pensar e conversar sobre as relações entre o uso de drogas e a mídia pode produzir efeitos e mudanças na vida desses indivíduos (ROMANINI; ROSO, 2013c).

Os próprios usuários relatam que as notícias e informações veiculadas pela mídia causam um “impacto na sociedade”, afirmando que sofrem violências perpetradas pela polícia devido ao uso de crack, porém se forem pegos com qualquer outra droga, é possível sair ileso. Isso reflete a criminalização e o preconceito sobre esses indivíduos (ROMANINI; ROSO, 2013b). Há um discurso hegemônico que sustenta

mitos em relação às drogas, porém os usuários mostram-se de certa forma críticos ao que lhes foi apresentado (ROMANINI; ROSO, 2013c).

Esse tema refere como são percebidas as informações midiáticas pelo usuário de crack, além de apresentar um aprofundamento de sua realidade, sentimentos, expectativas e opiniões a respeito da imagem que eles fazem de si próprios.

DISCUSSÃO

Os artigos científicos encontrados nessa revisão apresentam no seu conteúdo a afirmação por parte da mídia dos estigmas sobre o usuário de crack, rotulando-o como criminoso, louco, incapaz de se livrar da sua dependência e de tomar suas próprias decisões. É encontrado um discurso alarmante sobre os efeitos do crack e também sobre as consequências da sua existência para a sociedade, o que parece reforçar a política de Guerra às drogas como se fosse possível haver uma sociedade sem substâncias psicoativas, diferentemente do que ocorreu durante toda a história da humanidade.

Segundo Thompson, a mídia, para criar um inimigo, utiliza uma estratégia denominada expurgo do outro. Essa estratégia envolve “a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo” (THOMPSON, 2007, p. 87). O crack virou, então, um inimigo e junto com ele os usuários são vistos como ameaçadores e responsáveis por problemas sociais.

Essa estratégia midiática pode ter uma função importante, pois assim como aconteceu nos Estados Unidos na década de 1980, o crack atualmente parece estar em pauta nos assuntos veiculados pela mídia no Brasil. Os dois artigos internacionais (HARTMAN; GOLUB, 1999) e (HUMPHRIES, 1998) dessa revisão relataram que estava presente um viés alarmista e sensacionalista nas notícias, o qual foi útil para desviar a atenção da população de outros problemas sociais que estavam ocorrendo na época. Entretanto, em menos de 10 anos após a alarmada epidemia do crack, a quantidade de reportagens passou a diminuir consideravelmente.

Percebeu-se que o viés midiático internacional assemelhou-se ao nacional, pois após a eclosão de notícias alarmantes e de investimentos financeiros consideráveis em políticas públicas de enfrentamento dessa substância como o programa do governo federal

Crack, é Possível Vencer (2011), começam os questionamentos e as pesquisas a respeito da prevalência do seu uso na população. Os resultados apontaram que o crack é uma droga pouco utilizada, principalmente quando comparada às drogas também ilícitas como a maconha e às lícitas como o álcool e o tabaco (CARLINI, 2010; NAPPO; SANCHEZ; RIBEIRO, 2012; BRASIL, 2013).

Apesar dos questionamentos sobre a abordagem do uso de crack realizada pela mídia estarem presentes nas publicações científicas nacionais, a pequena quantidade de artigos encontrados (11) e o fato de serem publicações dos últimos 5 anos, parecem demonstrar que o fenômeno do crack e o interesse científico pela abordagem da mídia em torno dele é recente. De fato, no Brasil essa droga tem surgimento notificado em bairros da periferia de São Paulo em 1989 e a suposta epidemia começou a ganhar força em 2010, período que coincide também com a publicação do Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010 que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

A opção metodológica de buscar somente o crack na revisão sistemática considerou o momento atual em que essa droga ganha significativo espaço de discussão, com investimentos do Governo Federal e políticas públicas direcionadas a esta questão. Outro aspecto que motivou a atenção específica para o crack, foi a pesquisa no Portal de Evidências da Biblioteca Virtual em Saúde, disponível no endereço <http://evidences.bvsalud.org/php/index.php> e ausência de resultados de outras revisões sistemáticas sobre esse tema especificamente. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de outras pesquisas com dados primários que analisem como é realizada a veiculação da droga crack pela mídia no Brasil, já que foi constatado também que alguns artigos – com autores coincidentes – são resultados das mesmas pesquisas, o que pode levar ao enviesamento dos dados.

Percebe-se que ainda está distante a integração e aproximação dos dispositivos midiáticos com os da saúde, o que resulta em uma grande defasagem no aproveitamento desses instrumentos para a prevenção e a promoção de saúde. Há uma abordagem superficial que não consegue envolver toda a complexidade do fenômeno e que reforça estigmas e preconceitos, além de não divulgar os dispositivos do Sistema Único de Saúde e a Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras drogas. É relevante apontar que a complexidade da dependência ao crack, bem como das outras drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, exige uma visão abrangente, integrada e interdisciplinar de

ações e serviços de saúde, devendo resgatar uma concepção da saúde como produção social e desenvolver políticas públicas que vão além do enfoque de risco, da doença e do tratamento, passando pelo campo da promoção e da prevenção da saúde, bem como da Redução de Danos, incidindo sobre as condições de vida da população.

Outro aspecto importante é o papel da mídia em formar opinião e disseminar crenças e representações na população, pois, segundo Guareschi (2003) ela não apenas registra e reproduz a realidade, mas também a cria. A partir dessa grande influência, destaca-se que ao veicular uma visão estereotipada e preconceituosa do usuário de crack, distancia-se também a possibilidade de um atendimento mais próximo dos princípios do Sistema Único de Saúde (universalidade, equidade e integralidade) os quais norteiam, ou deveriam nortear, as práticas de todos os profissionais de saúde. Percebe-se, em contrapartida, que os usuários são marginalizados e, muitas vezes, excluídos de atividades sociais e dos serviços de saúde, preconizando estratégias que vão na contramão da Reforma Psiquiátrica e da Redução de Danos. Essa estigmatização gera mais preconceito e amedrontamento, alienando esse indivíduo de qualquer possibilidade de tratamento e ajuda humanizada.

Com o estabelecimento de uma relação de causa-efeito entre uso de drogas e violência, busca-se apenas curas medicamentosas e tratamento repressivo ao usuário, no lugar de compreender o processo como psicossocial e histórico. E de fato, se o problema da sociedade é o usuário de crack, pois ele é responsável pela violência, a sociedade irá demandar uma política de repressão, e não de saúde.

E dessas explanações surgem os questionamentos: como a mídia contribui para que essas crenças sejam mantidas? Ou, como a mídia deixa de contribuir para que sejam refutadas? Esse estudo, a partir da identificação do que existe publicado sobre a abordagem dos diversos meios de comunicação, pode auxiliar a responder algumas dessas perguntas. É possível concluir que a população tem acesso às informações sobre o uso de crack de maneira superficial e sob a perspectiva do amedrontamento, sem apresentação de soluções eficazes para essa problemática. Contribui-se, assim, para os usuários permaneçam marginalizados e longe dos serviços de saúde.

Conforme explicitado anteriormente, são necessárias mais pesquisas acerca desse tema, principalmente com o intuito de compreender de que forma os instrumentos da mídia podem ser utilizados em benefício da saúde, já que essa esfera possui alto poder financeiro que muitas vezes é destinado ao marketing de bebidas

alcoólicas e ao estímulo do consumo de diversas mercadorias e, raramente, à divulgação de campanhas preventivas com relação ao uso de drogas e que promovam saúde. Enquanto que, as políticas públicas, ainda falhas e com poucos investimentos, não conseguem abranger toda a população e cumprir na íntegra ao que se propõem.

Nesse sentido, além da influência sobre a opinião pública, destaca-se o poder da mídia em atingir um grande número de pessoas, de diversas camadas sociais e localizados em regiões distintas com rapidez, distinguindo-se das estratégias preventivas que, algumas vezes, caminham a passos lentos. Permanece, dessa forma, a alusão à integração dessas ferramentas.

Quadro 1 - Protocolos de busca para as bases de dados pesquisadas

BASE DE DADOS	PROTOCOLO DE BUSCA
<i>Lilacs</i>	"Cocaína Crack" OR crack AND mídia OR "Mídias Sociais" OR midiatização OR radio OR televisão OR jornais OR imprensa OR "redes sociais" OR internet OR jornalismo OR jornalista* OR "meios de comunicação"
<i>Medline</i>	"crack cocaine"[All Fields] OR "crack cocaine"[MeSH Terms] OR "crack"[All Fields]) AND ("media"[All Fields] OR "social media"[Mesh Terms] OR "social media"[All Fields] OR "Communications Media" [Mesh Terms] OR "Communications Media"[All Fields] OR "mass media"[Mesh Terms] OR "mass media"[All Fields] OR "internet"[All Fields] OR "internet"[Mesh Terms] OR "television"[MeSH Terms] OR "television"[All Fields] OR "journals"[All Fields] OR press[All Fields] OR "social network"[All Fields] OR "social networks"[All Fields]
<i>Psycinfo</i>	"crack cocaine" AND "social media" OR "Communications Media" OR "mass media" OR "internet" OR "television" OR "social network" OR "social networks"
<i>SciELO</i>	(crack) AND (mídia\$ OR radio OR televisão OR jornais OR imprensa OR "redes sociais" OR internet OR jornalis\$ OR "Medios de Comunicación" OR "social media" OR "mass media" OR television OR journals OR press OR prensa)

<i>Sciverse Scopus</i>	"crack cocaine" OR "communications media" OR "internet" OR "network" OR "social networks"	AND "social Media" OR "mass television" OR "social"
------------------------	---	---

Fonte: Próprio do Autor

Quadro 2 - Artigos incluídos para análise

	BASE DE DADOS	ARTIGO	ANO	TIPO DE MÍDIA	TEMA CENTRAL
1.	Lilacs	ROMANINI, ROSO. Mídia, ideologia e cocaína (crack): produzindo "refúgio humano". Psico-USF, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 373-382.	2013	Televisão	Analisou como os usuários de crack, inseridos em um CAPS ad, percebem a campanha televisiva "Crack, nem pensar". Percebeu-se que os usuários assumiram um ponto de vista crítico a respeito das notícias.
2.	Lilacs	SANTOS, NETO, SOUZA. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. Estudos de Psicologia, Campinas, v.29, n.3, p.379-386.	2012	Jornal	Analisou 281 matérias sobre crack publicadas em dois jornais de Pernambuco. Os sentidos construídos pela imprensa ancoram-se na ideia de loucura e violência, descrevendo o crack como uma droga relacionada à angústia e fragilidade do sujeito. Este é descrito como alguém incapaz de lutar contra a dependência, sendo necessárias estratégias de tratamento baseadas na internação.

3.	Lilacs	ROMANINI, ROSO. Mídia e crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? Psicologia: Ciência e Profissão, v.32, n.1, p.82-97.	2012	Jornal	Analisou 8 notícias de uma série intitulada “epidemia do crack” no jornal Zero Hora. Resultaram em 3 categorias: crack epidêmico, avassalador e diabólico; crack e criminalidade; combate ao crack (ideologia da repressão).
4.	Lilacs	NETO, SANTOS. Alterity and identity refusal: The construction of the image of the crack user. Paidéia, v. 24, n. 59, p.389-396.	2014	Geral	Foram entrevistados 14 usuários de crack para verificar que representações possuem sobre si mesmos. Os usuários parecem não se apropriar de sua identidade, diferindo a representação que fazem a respeito dos usuários de crack – que se relaciona com o que é apresentado pela mídia- da representação que possuem a respeito de si próprios.
5.	Lilacs	CUNDA, SILVA. O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. Psicologia & Sociedade, v.26, p.245-255.	2014	Geral	Busca suspender as verdades entorno do usuário de crack (jovem, pobre, violento) que desaparece em meio à exclusão. A mídia reforça esses estigmas e aborda a internação como única e eficaz alternativa.

6.	Lilacs	CHAGAS, SEEGER. Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, p.145-177.	2013	Jornal	Analisa 3 editoriais sobre a campanha “crack nem pensar” veiculada no jornal de Santa Maria. O material analisado caracterizou mecanismos discursivos de persuasão, manipulação e intimidação envolvidos no discurso jornalístico. O discurso apresenta-se de forma repressiva, autoritária e superficial, reduzindo e banalizando a complexidade do fenômeno do crack.
7.	Lilacs	ROMANINI, ROSO. Miatização da cultura, criminalização e patologização dos usuários de crack: discursos e políticas. Temas em Psicologia, v. 21, n.2, p.483-49.	2013	Televisão	Analisou os discursos dos usuários de crack de um CAPS ad numa roda de conversa (estímulo foi a campanha televisiva “Crack nem pensar”). A mídia veicula formas simbólicas sobre o crack: os usuários ficam “viciados” no primeiro uso, todo “crackeiro” (especialmente os pobres) se torna um criminoso, mulheres acabam se prostituindo para sustentar o vício. As Rodas de Conversa convocam a assumir posição contrária ao “crack nem pensar”.
8.	SciELO	FRÚGOLI, SPAGGIARI. Networks and Territorialities:	2011	Geral (principalmente impressa e	Investigação sistemática da Cracolândia, buscando ir além do que é apresentado pela

		<p>an ethnographic approach to the so-called Cracolândia [“crackland”] in São Paulo.</p> <p>Vibrant v.8 n.2.</p>		televisiva)	mídia impressa e televisiva. A pluralidade de atores e relações deste ambiente são pouco abordados pela mídia
9.	SciELO	<p>ROSO et al. Discourses about crack in the printed mass media. Estudos de Psicologia, Campinas, v.30, n.3, p. 455-465</p>	2013	Jornal	<p>Pesquisa realizada em dois jornais do RS (Zero Hora – série de reportagens sobre a Campanha Crack Nem pensar). O estudo indicou que os jornais têm tratado o uso de crack como um “caso de polícia”, associando-o diretamente à violência. Há ausência de discussões aprofundadas sobre as causas e as consequências deste fenômeno.</p>
10.	Medline	<p>NAPPO, SANCHEZ, RIBEIRO. Is there a crack epidemic among students in Brazil?: comments on media and public health issues.</p> <p>Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.28, n.9, p.1643-1649.</p>	2012	Geral	<p>Questiona a epidemia de crack sugerida pela mídia brasileira. Estudo realizado em 2004 e 2010 não encontrou aumento do uso de crack por estudantes no Brasil. Verificou aumento das notícias sobre crack nos últimos anos e também de publicações científicas.</p>
11.	Medline	<p>HARTMAN, GOLUB. The</p>	1999	Jornal	<p>Analisa notícias sobre o crack publicadas de</p>

		Social Construction of the Crack Epidemic in the Print Media. Journal of Psychoactive Drugs. V.31, n.4, p. 423-433.			1985 a 1995 nos jornais New York Times, Time, Newsweek. Verificou-se que quanto mais recente, menos alarmantes. Atenção voltada para o consumo de crack no interior parece ter intenção de desviar os reais problemas da cidade.
12.	Psycinfo	HUMPHRIES, D. Crack mothers at 6 Prime-Time News, Crack/Cocaine, and Women. Violence Against Women, v. 4, n.1, p.45-62.	1998	Televisão	Analisa noticiários americanos de 1983 a 1994 a fim de compreender as imagens associadas às gestantes usuárias de crack. Percebe-se utilização do amedrontamento, disparidade racial e cerceamento do direito reprodutivo das mulheres na abordagem televisiva da mídia.
13.	Scopus	ROMANINI, ROSO. Miatização do crack e estigmatização: corpos habitados por histórias e cicatrizes. Interface.	2013	Geral	Grupos focais em um CAPS Ad para verificar experiências dos usuários de crack com relação à droga e seus corpos. Os usuários não mencionaram o intenso prazer que o crack provoca, algo tão falado na mídia, mas falam sobre a dor do consumo compulsivo e dos estigmas colocados sobre eles. Traz o conceito de miatização.

Fonte: Próprio do autor

Tabela 1 - Número de artigos conforme classificação temática

TEMAS CENTRAIS	NÚMERO DE ARTIGOS
TEMA 1: COMO O USO DE CRACK É APRESENTADO PELA MÍDIA	09
TEMA 2: A MÍDIA E A REALIDADE DO USO DO CRACK	04
TOTAL	13

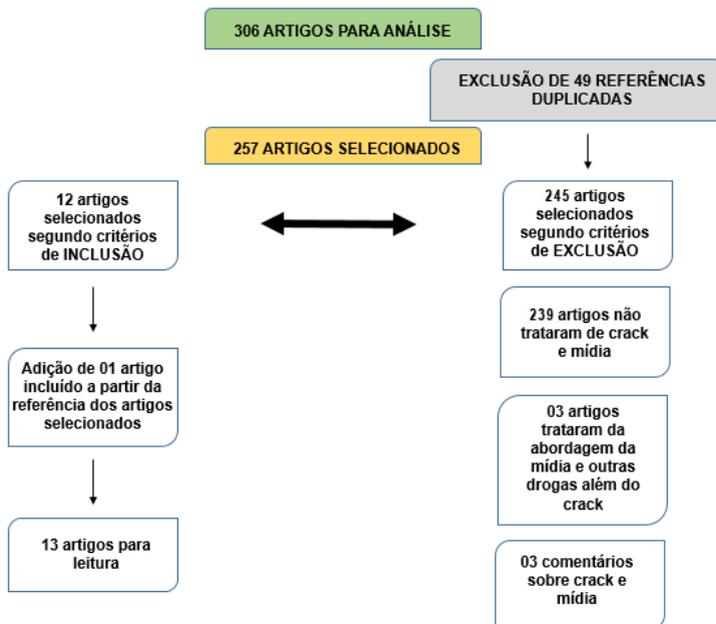
Fonte: Próprio do Autor

Tabela 2 - Artigos encontrados e selecionados nas bases de dados

BASE DE DADOS	TOTAL DE ARTIGOS	INCLUÍDOS
LILACS	20	07
MEDLINE	200	02
Psycinfo	32	01
SciElo	12	02
Scopus	42	01
TOTAL	306	12

Fonte: Próprio do Autor

Figura 1 - Fluxograma 1



Fonte: Próprio do Autor

REFERÊNCIAS

ALVES et al. Cocaína e Crack. In: *Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p.170-179

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Viva: vigilância de violências e acidentes, 2008 e 2009. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 138 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack – Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Fundação Oswaldo Cruz, 2013. 27 p.

CARLINI, E. et al. VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 capitais Brasileiras. São Paulo: **CEBRID**. Brasília. 503 p. 2010.

CHAGAS, A. T., SEEGER, F. D. Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.38, p.145-177, 2013.

CIARLO, T. B., MASTROIANNI, F.C. Considerações sobre a influência dos meios de comunicação no consumo de bebidas alcoólicas e sua relação com as políticas de saúde pública. *Revista Uniara*, v. 13, n. 1, p.149-157, 2010.

CUNDA, M. F, SILVA, R. A. N. O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 245-255, 2012.

FRÚGOLI, H., SPAGGIARI, E. Networks and Territorialities: an ethnographic approach to the so-called cracklândia [“crackland”] in São Paulo. *Vibrant*, v.8, n.2, 2011.

GASTALDO, E., BRITTOS, V.C. Mídia, poder e controle social. *Rev Alceu*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 121-133. jul./dez. 2006.

GUARESCHI, P. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2003. 380 p.

HARTMAN, D.M., GOLUB, A. The social construction of the crack epidemic in the print media. *J psychoactive drugs*. v. 31, n. 4, p. 423-433, 1999.

HUMPHRIES, D. Crack mothers at 6. *Violence Against Women*, v. 4, n.1, p. 45- 62, 1998.

JORGE, M.S. et al. Ritual de consumo do crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para saúde dos usuários. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.18, n.10, p. 2909-2918, 2013.

RONZANI, T. et al. Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 5, v. 14, p. 1751-1761, 2009.

ROSO, A. et al. Discourses about crack in the printed mass media. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.30, n.3, p.455-465, 2013.

SANTOS, M.F. et al. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 29, n.3, pp. 379-386, 2012.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2007. 427 p.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **Word drug Report 2011**. United Nations. New York, 2011.

5.2 MANUSCRITO 2 - A ABORDAGEM DA MÍDIA JORNALÍSTICA BRASILEIRA SOBRE O CRACK

Larissa de Abreu Queiroz⁴
Fátima Büchele⁵

RESUMO

Este estudo teve como objetivo realizar análise das notícias sobre a droga crack veiculadas nos jornais Folha de São Paulo e Carta Capital, ambos em formato eletrônico. Foram analisadas 109 reportagens publicadas entre maio de 2014 a maio de 2015. Os resultados do presente estudo apontaram que as fontes mais utilizadas pelas reportagens foram políticos (39,45%), seguidos pelos profissionais jurídicos (20,18%) e depoimentos de usuários de crack (16,51%). Com relação às decorrências sociais do uso do crack, as principais citadas foram tráfico (42,20%), confronto com a polícia (15,60%) e roubos e/ou furtos (11,93%). A consequência do uso de crack predominante nas matérias foi a dependência química (76,15%). Como intervenção ou alternativa para lidar com o consumo da droga, o tratamento foi apresentado em 62,39% das reportagens, seguido da repressão com 39,45%. Os dados mostraram uma abordagem alarmista no discurso midiático em relação ao crack, com poucas informações referentes a

pesquisas científicas. Além disso, foram frequentemente utilizadas palavras e expressões que reforçam estigmas e preconceitos sobre o usuário.

Palavras-chave: Cocaína crack. Meios de comunicação. Jornais. Análise de Conteúdo.

⁴Mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina

⁵Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina

ABSTRACT

This study aimed to analyze the news about the drug crack cocaine shown in the newspapers Folha de São Paulo and Carta Capital, both in the online format. We analysed 109 articles published between May of 2014 and May of 2015. The results of the study showed that the most used sources by the articles were politicians (39.45%), followed by law professionals (20.18%) and crack cocaine user testimonials (16.51%). The main social consequences of the crack cocaine use mentioned were traffic (42.20%), clashes with police (15.60%) and thievery (11.93%). The predominant consequence result in the articles was chemical dependency (76.15%). As intervention or alternative to deal with the drug use, the treatment was mentioned in 62.39% of the articles, followed by repression (39.45%). The data showed an alarmist approach in the media discourse related to crack cocaine, with little information regarding scientific research. In addition, words and expressions that reinforce stigmata and prejudice against the drug user were frequently used.

Keywords: Crack cocaine. Communications Media. Newspapers. Content analysis.

INTRODUÇÃO

O Relatório Mundial sobre Drogas realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) estimou em 2011 que entre 14 e 20 milhões de pessoas no mundo são usuárias de crack (UNODC, 2011). Já no Brasil, a pesquisa encomendada pela Secretaria Nacional sobre Drogas à Fundação Oswaldo Cruz (2013) estimou que o Brasil possui aproximadamente 370 mil usuários regulares de crack distribuídos nas suas capitais e no Distrito Federal, correspondendo a

0,81% da população. Os locais de consumo dessa substância se assemelham em todas as regiões, com cerca de 80% dos usuários consumindo a droga em locais públicos ou facilmente visualizados e visitados, ou seja, fora de espaços privados (BRASIL, 2013).

Essa substância é um subproduto da cocaína consumida por meio de cachimbos ou latinhas improvisadas que possuem orifícios pelos quais o usuário inspira a fumaça produzida pela queima das pedras. As moléculas da substância chegam ao cérebro de 6 a 8 segundos após a inalação, proporcionando sensação de prazer intenso e bem-estar. Os efeitos agradáveis variam entre três e dez minutos, ou seja, rapidamente a sensação agradável que o crack fornece ao indivíduo é eliminada do corpo e ocorre, então, um grande desprazer e desejo por utilizar a droga novamente (CRUZ; VARGENS; RAMÔA, 2011).

O surgimento do crack foi registrado nos Estados Unidos na década de 70, tendo seu alastramento mencionado pela primeira vez em 1985 no jornal “New York Times”. Nos anos 80 e 90 já estava presente nas principais cidades americanas, sendo divulgado pela mídia como uma epidemia e mais popularizado entre os moradores de bairros pobres, principalmente jovens negros de origem hispano-americana. Posteriormente, em 1987, a disseminação do uso de crack foi identificada na Inglaterra e, em 1989, em bairros da periferia de São Paulo, no Brasil (CHAGAS; SEEGER, 2013).

Desde seu aparecimento nas grandes cidades, os meios de comunicação, como a televisão, rádio, jornais acompanharam seu alastramento. É possível dizer que eles são as maiores fontes de definição de realidade na sociedade atual, o que propicia que grande parte da população tenha acesso a algumas informações que ainda não conhecem (HALL et al., 1999).

Apesar de aparentar neutralidade, as notícias divulgadas na mídia são o resultado de um processo que envolve a escolha e seleção de fatos e de questões relacionadas a eles, bem como cortes e omissões. Fatos inesperados e fora do comum, bem como acontecimentos negativos como as crises e a violência tem maior valor noticiável, pois representam uma ruptura social e chamam a atenção (HALL et al., 1999; GALTUNG; HOLMBOE, 1999).

Nesse sentido, o crack e os derivados da coca, algumas vezes responsabilizados pelo aumento da violência e criminalidade, vêm ganhando espaço significativo nas veiculações midiáticas, ocupando o segundo lugar entre as drogas mais divulgadas pela mídia brasileira, com 9,2%, empatados com a maconha e atrás do tabaco, com 18,1%.

Essa distribuição não é coerente com os dados epidemiológicos do consumo de drogas no Brasil, considerando que o álcool é a droga mais consumida e possui os maiores índices de problemas decorrentes do seu uso. Além do álcool, as anfetaminas e os ansiolíticos também são menos abordados pela mídia impressa apesar do seu alto consumo. Isso demonstra que as substâncias lícitas e suas consequências são preteridas para enfatizar as drogas ilícitas (NOTO et al., 2003).

Percebe-se, então, que apesar das drogas lícitas, como álcool e o tabaco, serem responsáveis por graves problemas de saúde pública, são abordadas pela mídia de maneira distinta de algumas drogas ilícitas, como o crack, por exemplo. O álcool é veiculado pelos meios de comunicação por meio de propagandas elaboradas que não evocam problemáticas como a dependência, sofrimento pessoal e familiar, entre outros prejuízos que o abuso dessas drogas pode causar (BÜCHELE et al., 2009).

Dessa forma, os meios de comunicação acabam repassando informações contraditórias à população, deixando de um lado “o perigo das drogas”, a violência e o tráfico associado às substâncias ilícitas e, de outro, as propagandas estimulando o consumo e venda de drogas lícitas como o álcool e o tabaco (NOTO et al., 2003).

Diante desse cenário, que envolve o importante papel exercido pela mídia como fonte de pesquisa e instrumento na divulgação de informações sobre o uso do crack, o presente estudo teve como objetivo analisar as informações veiculadas durante o período de um ano, em dois jornais de circulação nacional, sobre a droga crack.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma pesquisa documental realizada em dois jornais de circulação nacional. A pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, como as matérias de jornais, chamados de documentos de “primeira mão”. Apresenta como vantagem a estabilidade dos dados, já que os documentos subsistem ao longo do tempo. Além disso, não exige contato com os sujeitos da pesquisa, o que muitas vezes é difícil dependendo da complexidade das circunstâncias que envolvem esse contato (GIL, 2008).

Foram analisadas 109 notícias veiculadas, num período de 01 ano (01/05/2014 a 31/05/2015) nos jornais Folha de São Paulo e Carta

Capital. As notícias foram coletadas em seu formato eletrônico, nos sites dos referidos jornais, utilizando-se crack como palavra-chave.

A seleção das reportagens foi realizada a partir da leitura do seu título, manchete e do seu conteúdo obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: notícias nacionais publicadas na língua portuguesa e no período especificado que abordaram de forma central a droga crack; bem como de autoria de colunistas, jornalistas e também especialistas.

No decorrer da leitura e do processo de inclusão das notícias, optou-se pela adição de mais um critério: reportagens que faziam relação direta da droga crack com a criminalidade. Essa inclusão foi absorvida tendo em vista a quantidade significativa de matérias que abordaram esse tema, não podendo, dessa forma, ser desconsiderado.

Foram excluídas as notícias que eram constituídas de resumos da semana ou que apresentavam diferentes manchetes; propaganda ou críticas de livros, filmes ou eventos sobre drogas; comentários ou textos enviados por leitores do jornal; notícias que centralizaram sua abordagem em outras drogas diferentes do crack ou em drogas de forma geral; além das notícias em duplicidade.

Organização e análise dos dados

As buscas nos dois jornais elencados resultaram em 25 reportagens do jornal Carta Capital e 322 da Folha de São Paulo. Com base nos critérios de exclusão e inclusão, foram selecionadas 06 e 103 respectivamente, totalizando 109 matérias para análise, conforme fluxograma 02.

Com o intuito de organizar o material, foi criada uma planilha com as reportagens selecionadas e estas foram submetidas a uma análise de conteúdo detalhada, a qual se define por ser uma técnica de tratamento de dados visando descrever objetiva e sistematicamente o conteúdo dos diversos tipos de textos (MINAYO, 2000).

Na referida análise de conteúdo, alguns aspectos foram considerados mais relevantes para investigação desse estudo:

- Fontes das informações citadas nas reportagens;
- Decorrências do uso de crack;
- Alternativas para lidar com os problemas decorrentes do uso de crack;
- Dispositivos de saúde utilizados para tratamento do uso de crack.

Essas categorias foram definidas após realizar uma leitura preliminar das notícias, o que propiciou a observação dos pontos relevantes para responder aos objetivos desse artigo e também que predominavam na abordagem das publicações.

A análise foi realizada por dois pesquisadores, de forma independente. Ao ocorrerem divergências, foi solicitada a avaliação de um terceiro pesquisador.

RESULTADOS

A partir das 109 reportagens analisadas foi verificado que, no período pesquisado, houve uma diferença significativa na quantidade de notícias sobre crack publicadas nos dois jornais. A Folha de São Paulo foi o veículo com maior número de notícias veiculadas (N=103), com 94,5%, já que é um jornal com publicações diárias enquanto a Carta Capital tem periodicidade semanal.

Com relação às fontes jornalísticas utilizadas para produção das matérias, foram frequentes os depoimentos de políticos (39,45%), como prefeitos, governadores, vereadores e outros cargos relacionados. Em seguida aparecem os profissionais jurídicos (20,18%), como advogados, delegados, policiais, promotores de justiça e outros. Os depoimentos de usuários de crack, mostrando suas histórias pessoais, também foram bastante observados (16,51%). É interessante apontar que os profissionais de saúde estiveram presentes em 14,68% das notícias. A maioria das notícias referiu mais de uma fonte e 17,43% não informaram nenhuma (TABELA 1).

No que diz respeito à análise de conteúdo, a grande maioria das reportagens apontou diversas consequências negativas decorrentes do seu uso, as quais foram divididas e categorizadas em sociais e físicas e/ou psicológicas. As principais consequências sociais apontadas nas matérias foram tráfico (42,20%), confronto com a polícia (15,60%) e roubos e/ou furtos (11,93%) geralmente realizados para sustentar o consumo compulsivo do crack. A dependência química foi a consequência física e/ou psicológica mais citada, presente na grande maioria das reportagens (76,15%). Apenas 01 notícia não explicitou decorrências negativas do uso do crack (TABELA 2).

Das alternativas ou intervenções mencionadas para lidar com o consumo dessa droga, o tratamento foi apresentado em 62,39% das reportagens, seguido da repressão com 39,45%. A repressão foi

direcionada a traficantes e usuários em proporções muito semelhantes, com 27,52% e 26,61% respectivamente (TABELA 3).

Já a Redução de Danos foi mencionada em 33,03% das matérias. Diante disso, é importante salientar que apesar de estar presente nas reportagens, essa estratégia, de maneira geral, foi descrita de forma sucinta e pouco detalhada, sem problematizações da questão. Na maioria das vezes, foi relacionada ao *Programa de Braços Abertos*, projeto da cidade de São Paulo que utiliza a ideia da Redução de Danos.

O *Programa de Braços Abertos*, iniciado em janeiro de 2014, oferece moradia em 7 hotéis na região da Cracolândia, 3 refeições diárias, emprego de varrição de ruas e praças à R\$15,00 por dia e também tratamento para dependentes. Esse programa foi abordado em 44,95% das notícias. Outra estratégia presente foi o *Programa Recomeço* (16,51%), do Estado de São Paulo, implantado em janeiro de 2013 o qual também tem ações na Cracolândia. Este utiliza a estratégia da internação como umas das formas de tratamento e vagas de trabalho no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras drogas a R\$395,00 por mês.

Com menos frequência, foi abordado o Projeto da UNIFESP (5,50%), implantado em 2012 num ambulatório da zona norte de São Paulo. Oferece “prêmios” a usuários de crack pela abstinência, os quais podem ser trocados por eletrodomésticos e outras recompensas. Já o Programa do Governo Federal *Crack, é possível vencer* foi mencionado em 7,34% das matérias.

Os dispositivos de saúde apontados como locais para tratamento tiveram disposição variada entre as notícias (TABELA 3). As clínicas privadas que disponibilizam internação como forma de tratamento foram as mais citadas (15,60%), seguida dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (12,84%). Observou-se também que 55,05% das reportagens não mencionaram nenhum dispositivo de saúde para realizar tratamento do uso de crack, apesar desta ter sido a intervenção mais apontada.

Observou-se a utilização de algumas expressões alarmantes nas reportagens como (“o crack dominava aquela região” - Sant’anna, Bergamim, Bergamo, 2015; “[usuário] lamenta ter sucumbido novamente ao vício” - Sousa, 2014; “o crack tem feito novas vítimas” - Turtelli, 2015; “combate às drogas”. “[as ações] estão longe de conter a epidemia de crack que assola o país” - Collucci, 2014). Além disso, termos estigmatizantes ainda são frequentemente aplicados nos títulos,

manchetes e corpo do texto como “viciados”, “craqueiros”, “drogados” e “noias”.

Os relatos de usuários seguem a mesma abordagem, trazendo suas histórias de vida, com foco na dependência e nos perigos do crack, conforme explicitado nas frases: (“*teria vendido minha mãe por uma pedra de crack*”; “*se você entrar nessa, não sai mais*” - Folha de São Paulo, 2015) as quais parecem expor uma ideia alarmante. Os relatos da comunidade, de forma geral, são trazidos por pessoas que têm medo diante da proximidade dos usuários: “*agora, eles [usuários] vão se mudar para cá e será um perigo para nós, para todo mundo*” e “[*o crack*] *é uma tragédia humana, uma degradação humana*” - Carmo, 2015; “*aqui na Cracolândia é a boca do lixo*” – Manzini, Iarak, 2014).

DISCUSSÃO

Os resultados dessa pesquisa demonstram que o crack é veiculado pela mídia como uma droga com alto potencial de dependência, apresentando o consumo compulsivo como consequência direta da experimentação. Essa ideia confronta a pesquisa realizada por Oliveira e Nappo (2008) a qual aponta que existem relatos de consumo controlado do crack. É interessante ressaltar que as pesquisas científicas foram pouco utilizadas como fonte de informação nas reportagens (8,26%).

Além de não deixarem exposta a possibilidade do uso sem a existência da dependência química, as notícias trazem relatos de especialistas e pessoas da comunidade embasados em um discurso alarmante sobre os perigos da droga bem como sobre o medo da população ao fazer aproximação com usuários. Estes, em sua maioria de classes sociais menos favorecidas e em situação de vulnerabilidade, relatam como o crack ocasionou sofrimento e tomou conta de suas vidas. Esses apontamentos corroboram com Romanini e Roso (2012) que afirmam que essa droga é divulgada pelos meios de comunicação como um ser que tem vida própria, que deixa o usuário numa postura passiva.

Nesse sentido, as notícias frequentemente associam o uso do crack a atitudes transgressoras como tráfico, roubos e criminalidade de forma geral, além dos constantes confrontos com a polícia. Estes ocorrem mais comumente atrelados à situações de repressão ao uso ou ao tráfico da substância, estratégia utilizada usualmente para higienizar ambientes, praças e outros locais públicos. Dessa forma, afastam-se os

usuários dos olhos da sociedade. Essas práticas rompem com o modelo proposto pela Reforma Psiquiátrica, movimento fruto de um longo processo de lutas que culminaram na promulgação da lei que redirecionou a atenção em saúde mental (Lei 10.216/ 2001).

Segundo o discurso midiático, para que a paz volte a estar presente, seria necessário eliminar o crack da sociedade, pois essa substância leva o indivíduo à criminalidade, à morte e ao sofrimento. (ROMANINI; ROSO, 2012; SANTOS et al., 2012). Nas notícias analisadas foi comum a utilização do termo “combate ao crack”, retratando o que foi apontado pelos autores acima, ou seja, a tentativa de extinguir as drogas para extinguir também a violência. Essa relação desconsidera todas as causas sociais, políticas, ambientais, econômicas, entre outras que fazem o uso de drogas um fenômeno complexo e multifacetado. Atualmente, sugere-se a utilização do termo enfrentamento ao uso de crack, ou de drogas em geral, no lugar de combate.

A grande quantidade de reportagens que utilizam como fonte profissionais jurídicos parece demonstrar também que a repressão é frequentemente utilizada como estratégia para lidar com o uso, deixando a prevenção com pouco espaço, conforme demonstrado anteriormente. O tipo de tratamento veiculado é baseado, de forma geral, no isolamento concebido pelas internações e na abstinência como solução do problema. Apesar dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e o próprio SUS (Sistema Único de Saúde) terem sido citados em algumas notícias (12,84%), em sua maioria é associado a casos mal sucedidos por falta de vagas ou dificuldades no atendimento e acesso. Esse dado mostra que a mídia não utiliza dos Centros de Atenção Psicossocial como referência dentre os locais de tratamento e nem apresenta as experiências exitosas desse modelo terapêutico bem como suas potencialidades.

Em contrapartida, as estratégias de redução de danos foram bastante citadas e, algumas vezes criticadas pelos jornais, inclusive por ser a base da proposta da prefeitura de São Paulo (Programa Braços Abertos) e esta ter sido bastante abordada nas notícias. Apesar de ainda incipiente a aplicação prática da Redução de Danos nos dispositivos de saúde, destaca-se que pode estar havendo uma maior abertura da mídia para discussão da questão, inclusive por essa estratégia fazer parte da Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde.

As ações de Redução de Danos foram efetivadas pela Portaria nº 1.028, de 1 de julho de 2005, podendo ser desenvolvidas por meio da confecção de cachimbos apropriados para evitar o fumo em recipientes contaminados, distribuição de piteiras de silicone, protetor labial, informações sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis, distribuição de preservativos e projetos sociais envolvendo arte e trabalho grupal (MACHADO; BOARINI, 2013). No caso do Programa Braços Abertos, as estratégias de Redução de Danos dizem respeito ao oferecimento de trabalho remunerado aos usuários e moradia em hotéis conveniados da prefeitura.

Com relação ao usuário de crack, observa-se a presença de uma redução dos sujeitos à condição de usuários de crack ao serem denominados de craqueiros, viciados, noias e outras denominações, como se essas pessoas não fossem ou fizessem nada além de consumir a droga. Apresentar uma visão padronizada dos indivíduos é uma estratégia utilizada comumente pelos meios de comunicação e, ao manter esse grupo uniforme, mantém-se também uma diferenciação dos demais, ou seja, o outro é que possui a patologia que ameaça e amedronta a sociedade (ROMANINI; ROSO, 2013).

As reportagens que retratam histórias de violência e ocasionam amedrontamento na população ainda são preteridas em detrimento da divulgação de notícias que desconstruam o preconceito e os estigmas sobre o usuário de crack a partir da discussão sobre as causas do uso e da dependência, contextualizando a questão e deixando de lado as generalizações das histórias de vida e dos sujeitos de maneira geral.

Essa questão é visível nas matérias que expõem a situação da Cracolândia, local em que o consumo do crack é algo conhecido e muito divulgado pela mídia. Em geral, as notícias apontam o tráfico, criminalidade, medo da população e outras problemáticas decorrentes do uso da droga no local. É mínima ou inexistente, a abordagem das potencialidades do local, de singularidades e relações que vão além do consumo do crack. Pelo contrário, são comuns os depoimentos de pessoas contrárias aos investimentos no local, principalmente aos que resultam na aproximação dos usuários e da comunidade ou na construção de centro de convivências e outras estratégias que integram, e não isolam.

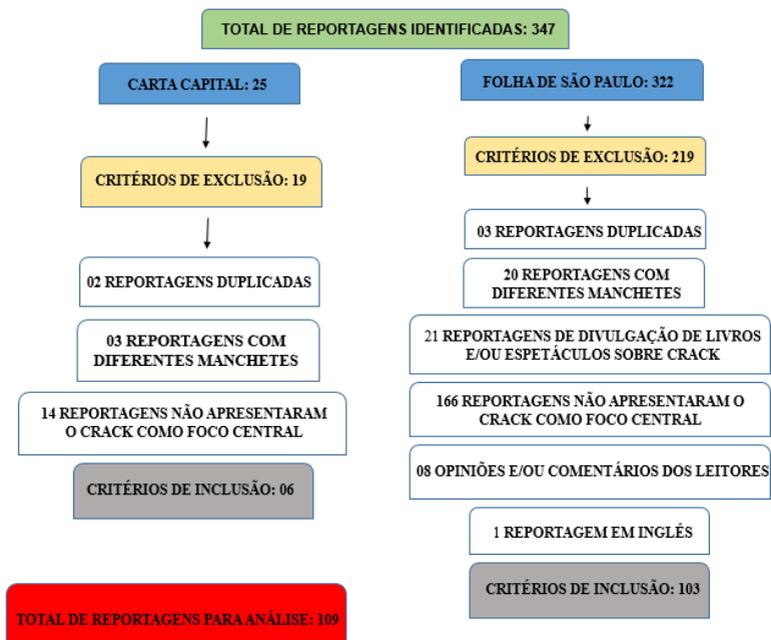
Frúgoli e Spaggiari (2011) apontam que esse ambiente é muito mais do que representações estigmatizadas reproduzidas pelos meios de comunicação, os quais veiculam a imagem de que o uso de crack é encontrado em todo o bairro, bem como a criminalidade. Os

comerciantes e pessoas que frequentam o bairro da Luz, afirmam que o local é bom, para além da presença dos usuários de crack. (FRÚGOLI; SPPAGIARI, 2011). Em contrapartida, foram comuns reportagens que apresentaram a parte negativa da Cracolândia, com imagens que retratavam sujeira, lixo, pessoas em situação de vulnerabilidade social e física, as quais acabam alimentando o imaginário popular, como se o bairro fosse constituído apenas desses aspectos.

Os dados referentes ao presente estudo demonstram que é necessária maior integração dos jornais com os aspectos referentes à saúde, pois não são divulgados os locais de atendimento para pessoas com problemas decorrentes do uso de crack, especialmente no âmbito público. Apesar do tratamento ser a estratégia mais apontada pela mídia, os profissionais de saúde não são os mais ouvidos pelos meios de comunicação. Dessa forma, ao ter acesso às notícias e aos discursos alarmistas veiculados pela mídia, não é possível compreender onde e como é possível receber auxílio com relação a essa questão. Nesse sentido, enfatiza-se a importância de maior divulgação e clareza dos dispositivos e políticas existentes para tratamento e atenção do usuário de crack.

Mostra-se relevante pontuar também que a mídia jornalística pouco contribui para que sejam desmitificados estigmas sobre o uso dessa substância, inclusive reforçando a imagem de que todo o usuário é criminoso e deve ser mantido afastado da sociedade. Diante da grande influência exercida pela mídia e do grande potencial em atingir grandes massas, é que ressalta-se como essencial uma utilização mais consciente desses veículos, bem como uma leitura crítica das informações.

Figura 1 - Fluxograma 2



Fonte: Próprio do Autor

Quadro 1 - Reportagens selecionadas para análise

	JORNAL	TÍTULO DA REPORTAGEM	DATA	TEMA CENTRAL
1.	Carta Capital	Governo federal passa a tratar crack como problema social	01/03/2015	Medidas de enfrentamento ao crack; a reportagem critica o programa do governo federal Crack é possível vencer.
2.	Carta Capital	Falta comunicação entre poderes para recuperar usuários de crack	01/03/2015	Fala sobre a falta de políticas públicas, dificuldade de enfrentamento, inexistência de programas de combate

				e tratamento suficientes.
3.	Carta Capital	De braços abertos para a cidade	18/09/2014	Fala sobre Programa de braços abertos (prefeitura de SP) e a forma de enfrentamento ao crack do governo de São Paulo, com envolvimento intersetorial.
4.	Carta Capital	Intervenções artísticas chegam à Cracolândia	20/06/2014	Traz a implantação de um projeto artístico como forma de inclusão social na Cracolândia.
5.	Carta Capital	A luta antimanicomial e o direito à cidade	17/05/2014	Fala sobre inclusão social dos usuários de crack e direitos humanos.
6.	Carta Capital	Craqueiros cercados	16/05/2014	Fala sobre a repressão e exclusão dos usuários de crack pela sociedade.
7.	Folha de São Paulo	ONGs de redução de danos lutam para sobreviver	19/05/2015	Traz dados de pesquisa e fala sobre RD.
8.	Folha de São Paulo	Em SP, 4 em cada 10 desistem de ação anticrack de Haddad	17/05/2015	Fala sobre programa da prefeitura de SP (Braços Abertos) e suas dificuldades.
9.	Folha de São Paulo	Cracolândia, 20: área de consumo livre da droga se popularizou em 1995.	17/05/2015	Retrata o surgimento do crack, contando a história de alguns usuários e pessoas que tiveram contato com a droga; fala do tráfico e da vulnerabilidade

				dessas pessoas.
10.	Folha de São Paulo	Ex-viciado, astro de 'Mad Max' diz que, no passado, venderia a mãe por pedra de crack	16/05/2015	Conta a história de um usuário de crack e sua dependência da droga.
11.	Folha de São Paulo	Secretária de SP diz que praça será usada por viciados da Cracolândia	13/05/2015	Fala sobre a construção de um espaço de lazer e convivência na Cracolândia e também de confrontos de usuários com a polícia.
12.	Folha de São Paulo	Usuários entram em confronto com guardas-civis na Cracolândia, em SP	07/05/2015	Fala sobre confrontos entre policiais e usuários na Cracolândia, medidas repressivas para acabar com o tráfico e o consumo.
13.	Folha de São Paulo	Após críticas, PM desloca 60 soldados para 'ocupar' a Cracolândia	06/05/2015	Ações repressivas (policiais) na Cracolândia para acabar com o tráfico (ação do estado de SP)
14.	Folha de São Paulo	Fluxo da Cracolândia mudou três vezes de lugar desde a ação da prefeitura	06/05/2015	Algumas falas da comunidade sobre a convivência com os usuários; medidas repressivas na Cracolândia.
15.	Folha de São Paulo	Alckmin orienta secretário a ajudar prefeitura em ações na Cracolândia	04/05/2015	Medidas de combate ao tráfico e também oferecimento de tratamentos (programa estadual, municipal).
16.	Folha de São Paulo	O futuro da Luz	04/05/2015	Vulnerabilidade social devido uso de crack, ações repressivas e de tratamento na

				Cracolândia.
17.	Folha de São Paulo	Após operação, Cracolândia está sem barracos, mas tráfico na rua é intenso	02/05/2015	Medidas repressivas direcionadas aos usuários e traficantes, retirada de “favelinha” da Cracolândia.
18.	Folha de São Paulo	Após operação na Cracolândia, procura cresce em instituição de caridade	02/05/2015	Operação na Cracolândia (repressão policial, retirada da “favelinha”) e procura por tratamento da dependência do crack.
19.	Folha de São Paulo	Petistas defendem ação de Haddad na Cracolândia; vereador rebate PSDB	01/05/2015	Prefeito conversa com traficantes/usuários da Cracolândia e realiza operação para remover “favelinha”.
20.	Folha de São Paulo	Líder do PSDB diz que Haddad negocia com 'submundo' na Cracolândia	01/05/2015	Críticas às negociações do prefeito de SP na Cracolândia antes de operação junto à polícia.
21.	Folha de São Paulo	Famílias se recusam a deixar pensão na Cracolândia para morar em hotéis	01/05/2015	Transferência da moradia de famílias e retrata situações de vulnerabilidade.
22.	Folha de São Paulo	Equipe de Haddad conversou com traficantes para agir na Cracolândia	01/05/2015	Prefeito conversa com traficantes/usuários da Cracolândia e realiza operação para remover “favelinha”.
23.	Folha de São Paulo	Haddad diz que ação na Cracolândia foi sucesso e havia acordo com	30/04/2015	Prefeito conversa com traficantes/usuários da Cracolândia e realiza operação para remover “favelinha”. Fala dos

		viciados		programas da Prefeitura e do Estado.
24.	Folha de São Paulo	Prefeitura de SP diz que não permitirá barracas na Cracolândia	30/04/2015	Operação na Cracolândia, remoção de barracas e repressão policial (confrontos usuários, traficantes e polícia).
25.	Folha de São Paulo	Após confronto na Cracolândia, viciados se espalham pelo centro	30/04/2015	Decorrências da operação na Cracolândia, medidas da prefeitura para retirar usuários das ruas.
26.	Folha de São Paulo	Viciados se instalam na vizinhança após operação na Cracolândia	30/04/2015	Ação da prefeitura para remoção de usuários, programas de tratamento do estado e prefeitura de SP.
27.	Folha de São Paulo	Ator que interpretou traficante em 'Cidade de Deus' vive na Cracolândia	30/04/2015	Fala da vida de um usuário de crack, suas dificuldades e situação de extrema vulnerabilidade.
28.	Folha de São Paulo	Após confusão na Cracolândia, ônibus são depredados e pedestres ameaçados	29/04/2015	Violência em decorrência do crack, confronto com a polícia. Fala sobre programas da prefeitura e do estado de SP. Prejuízo à comunidade.
29.	Folha de São Paulo	Hotel em Campos Elíseos será 'filial' da Cracolândia, diz moradora do bairro	16/04/2015	Traz a reclamação dos moradores de um bairro com o projeto da prefeitura de redução de danos, que procura dar condições de moradia aos usuários, porém próximos as

				suas residências.
30.	Folha de São Paulo	Moradores vão à Justiça contra hotel para usuários de crack no centro de SP	15/04/2015	Fala de uma ação de moradores contra implantação de hotéis para usuários de crack próximo as suas residências.
31.	Folha de São Paulo	App explica uso e efeito de drogas para promover redução de danos	13/04/2015	Fala sobre o uso de aplicativo de celulares como forma de informação e redução de danos relacionados ao uso de drogas, entre profissionais, há críticas sobre a estratégia.
32.	Folha de São Paulo	Fotógrafo inglês registra os rostos da Cracolândia em São Paulo	08/04/2015	Fala sobre um projeto que usa fotografias como forma de humanizar os usuários de crack, ver sua realidade.
33.	Folha de São Paulo	São Paulo estuda premiar usuário de crack que fizer tratamento	08/04/2015	Fala sobre o projeto da UNIFESP que visa dar prêmios a dependentes químicos que comprovem estar abstinente da droga.
34.	Folha de São Paulo	Para professor, premiar usuário de crack tem efeito passageiro	08/04/2015	Questiona o projeto da UNIFESP que utiliza a técnica de dar recompensas a usuários pela abstinência do crack.
35.	Folha de São Paulo	Polícia apreende 75,9 kg de crack em tanques de três carros no Paraná	28/03/2015	Fala sobre tráfico de crack, ações da polícia.

36.	Folha de São Paulo	Crescimento de favela na Cracolândia faz prefeitura adiar entrega de praça	27/03/2015	Fala sobre a entrega de uma praça construída pela prefeitura para socialização de moradores e usuários de crack.
37.	Folha de São Paulo	Polícia acha heroína na Cracolândia; favelinha cresce e já dobra esquina	27/03/2015	Aumento da “favelinha” na Cracolândia e também apreensão de outras drogas além do crack.
38.	Folha de São Paulo	Brasil tem poucas ações para tratar viciado em crack, diz pesquisador	18/03/2015	Entrevista com pesquisador do Canadá sobre programas sociais existentes no Brasil, fala das pesquisas, RD e perfil dos usuários.
39.	Folha de São Paulo	Apreensões de crack disparam em conexão paraguaia do PCC	18/03/2015	Tráfico de crack e ações da polícia.
40.	Folha de São Paulo	Haddad cobra do Estado combate a traficantes para reduzir cracolândias	03/03/2015	Repressão ao tráfico, integração entre município e estado, há dificuldades em propor programas isolados para enfrentar a questão do crack.
41.	Folha de São Paulo	Cracolândias crescem fora do centro de SP e viram favelinhas	03/03/2015	Fala dos locais onde há o uso da droga (traz o “mapa do crack” e a insegurança de moradores destes locais.
42.	Folha de São Paulo	São Paulo vai expandir programa a usuários de drogas	03/03/2015	Expansão de programas voltados ao enfrentamento do crack, localização na

		para seis bairros		comunidade, ação da polícia para combater o tráfico.
43.	Folha de São Paulo	Ex-modelo viciada em crack quer entrar em reality show	23/02/2015	Fala sobre usuária de crack em recuperação.
44.	Folha de São Paulo	Record libera imagens da ex-modelo viciada em crack após três meses de internação	20/02/2015	Fala sobre usuária de crack em recuperação.
45.	Folha de São Paulo	Ex-modelo viciada em crack voltará à televisão após três meses de internação	19/02/2015	Fala sobre usuária de crack em recuperação, clínica de reabilitação.
46.	Folha de São Paulo	Haddad e Alckmin firmam parceria para combater tráfico na Cracolândia	04/02/2015	Tentativa do governo estadual e municipal de São Paulo em enfrentar o tráfico de drogas (repressão).
47.	Folha de São Paulo	Prisão de mulher gera briga na Cracolândia	26/01/2015	Confronto com a polícia devido à prisão de traficante na Cracolândia, violência.
48.	Folha de São Paulo	Situação da Cracolândia gera atrito entre governo do Estado e prefeitura	25/01/2015	Retrata a discussão entre governo e prefeitura de SP sobre o tráfico de drogas e os usuários na Cracolândia (RD ou repressão?) Críticas aos programas propostos.
49.	Folha de São Paulo	A Cracolândia muda, não deve acabar, afirma	25/01/2015	Entrevista com uma antropóloga sobre seu trabalhos de pesquisa com usuários de crack,

		antropóloga		busca entender a realidade.
50.	Folha de São Paulo	Em um dia na Cracolândia, repórter vê assalto e recebe oferta para usar crack	25/01/2015	Conta a experiência de um repórter que passou 24h na Cracolândia. Retrata situações negativas referentes ao local.
51.	Folha de São Paulo	Bairros da região central de SP concentram maiores índices de furtos	23/01/2015	Traz os furtos e violência como consequências do uso de crack.
52.	Folha de São Paulo	Municípios dizem investir em ações para prevenção do avanço do crack	03/01/2015	Fala sobre medidas do governo para tratamento, prevenção do uso de crack. Fala sobre programa Crack é possível vencer.
53.	Folha de São Paulo	Crack chega a filhos de boias-frias na região de Ribeirão Preto	03/01/2015	Fala sobre alastramento do uso de crack, chegada em municípios pequenos e ações propostas.
54.	Folha de São Paulo	Programa anticrack De Braços Abertos, da Prefeitura de São Paulo, tem tido êxito? Sim	27/12/2014	Traz a evolução do programa municipal De Braços Abertos e suas contribuições (RD, tratamento)
55.	Folha de São Paulo	Médicos proíbem Record de fazer 'reality' com a ex-modelo viciada em crack	17/12/2014	Fala sobre uso da imagem de dependente de crack por emissora de TV.
56.	Folha de São Paulo	Mulheres são as mais vulneráveis nas Cracolândias	16/12/2014	Fala da vulnerabilidade social envolvida com o uso de crack, principalmente de

				mulheres. Traz dados de pesquisa.
57.	Folha de São Paulo	Com faxinas e guardas, barracos viram favela móvel na Cracolândia	10/12/2014	Fala sobre operações de limpeza da prefeitura em locais de consumo de crack (lixo, tráfico).
58.	Folha de São Paulo	Embate entre usuários de crack e GCM gera tumulto e depredação no centro	06/12/2014	Confronto de usuários com a polícia (violência, depredação, repressão).
59.	Folha de São Paulo	Rodrigo Faro faz ex-modelo viciada em crack desfilar e a envia para clínica	30/11/2014	Fala sobre uso da imagem de dependente de crack por emissora de TV.
60.	Folha de São Paulo	Pobreza, crack, Aids e tuberculose	29/11/2014	Fala sobre a disseminação de doenças como HIV e tuberculose associadas ao consumo de crack.
61.	Folha de São Paulo	Programa de Rodrigo Faro vai acompanhar tratamento de ex-modelo viciada em crack	27/11/2014	Fala sobre uso da imagem de dependente de crack por emissora de TV.
62.	Folha de São Paulo	Ex-modelo viciada em crack aparece 'transformada' em programa de Rodrigo Faro; veja	26/11/2014	Fala sobre uso da imagem de dependente de crack por emissora de TV.
63.	Folha de	A ex-modelo	26/11/2014	Questionamento sobre

	São Paulo	viciada em crack e o nosso racismo implícito		racismo da população que só se preocupa com pessoas brancas e bonitas envolvidas com crack.
64.	Folha de São Paulo	Ex-modelo viciada em crack vai aparecer 'transformada' no programa de Rodrigo Faro	25/11/2014	Fala sobre uso da imagem de dependente de crack por emissora de TV.
65.	Folha de São Paulo	Ex-modelo deixa Cracolândia e grava programa de TV com Rodrigo Faro	24/11/2014	Fala sobre uso da imagem de dependente de crack por emissora de TV.
66.	Folha de São Paulo	Viciada em crack, ex-modelo vive nas ruas de São Paulo	24/11/2014	Fala de tratamento à dependente química mediado por emissora de TV, traz a realidade vulnerável em que vive.
67.	Folha de São Paulo	De volta, mentor critica programa anti-crack de São Paulo	22/11/2014	Fala sobre programa municipal para redução de danos, tratamento do crack – Braços Abertos.
68.	Folha de São Paulo	Em rede social, Fernando Haddad critica policiamento na Cracolândia	21/11/2014	Traz crítica do prefeito de SP ao policiamento oferecido pelo estado na Cracolândia.
69.	Folha de São Paulo	Haddad diz que faltam policiais na Cracolândia; PM nega redução	20/11/2014	Traz crítica do prefeito de SP ao policiamento oferecido pelo estado na Cracolândia.

70.	Folha de São Paulo	Apesar de programas, Cracolândia volta a crescer no centro de SP	20/11/2014	Traz uma avaliação programas de redução de danos oferecidos pela prefeitura de SP – Braços Abertos. Fotos da Cracolândia – lixo e expansão de “favelinhas”.
71.	Folha de São Paulo	Secretaria já gastou R\$ 27 mi com Força Nacional no morro Santo Amaro	14/11/2014	Fala sobre operação de combate ao tráfico de drogas e a presença de policiais em comunidades, traz depoimentos de moradores.
72.	Folha de São Paulo	Homem é preso após fazer mulher refém com faca em Brasília	04/11/2014	Violência após o uso de crack.
73.	Folha de São Paulo	Já usada em clínicas, raiz alucinógena é testada para tratar dependência	25/10/2014	Cita pesquisa com planta que auxilia no tratamento de dependência química.
74.	Folha de São Paulo	'Virei outra pessoa', diz cantora que saiu do crack com ibogaína	25/10/2014	Cita pesquisa com planta que auxilia no tratamento de dependência química e traz depoimento de usuária que fez tratamento.
75.	Folha de São Paulo	'Minha filha voltou para o crack logo depois', diz mãe que tentou a ibogaína	25/10/2014	Cita pesquisa com planta que auxilia no tratamento de dependência química e traz depoimento de mãe que tentou o tratamento para filha e foi mal sucedido.

76.	Folha de São Paulo	Convênio cria 1ª unidade para jovens viciados em Ribeirão	20/10/2014	Fala de entidade criada para tratamento de dependentes químicos.
77.	Folha de São Paulo	Justiça 'interna' um a cada 18 horas por drogas na região de Ribeirão	20/10/2014	Apresenta dificuldade de famílias para encontrar opções de tratamento para dependência química, traz os problemas dos CAPS e as internações como estratégias.
78.	Folha de São Paulo	Prefeituras da região de Ribeirão apontam déficit de leitos para dependente químico	20/10/2014	Apresenta dificuldade de encontrar leitos para tratamento de dependência química.
79.	Folha de São Paulo	Pequenas Cracolândias se espalham por bairros de São Paulo	28/09/2014	Fala do aparente aumento de usuários de crack nas ruas e dos programas da prefeitura de RD.
80.	Folha de São Paulo	Programa anticrack nos bairros troca hotel por albergue	28/09/2014	Fala da perspectiva de aumento de programas sociais de enfrentamento ao crack (Braços Abertos).
81.	Folha de São Paulo	Tumulto na região da Cracolândia em SP termina com bombas e correria	18/09/2014	Aponta tumulto e violência após limpeza de Cracolândia (repressão, polícia).
82.	Folha de São Paulo	Jovem é flagrado fumando crack em estação de metrô; veja vídeo	12/09/2014	Usuário flagrado consumindo crack em local público.

83.	Folha de São Paulo	Conheça os traços e a história do 'Basquiat da Cracolândia'; assista	11/09/2014	Uso da pintura por dependente químico como forma alternativa de fuga do crack.
84.	Folha de São Paulo	Pesquisa da Fiocruz indica que 20% dos usuários das Cracolândias são mulheres	08/09/2014	Traz dados de pesquisa, incidência do uso de crack por mulheres, vulnerabilidade.
85.	Folha de São Paulo	Haddad diz que vai retirar crianças de hotel alugado na Cracolândia	05/09/2014	Fala do projeto social de RD (Braços Abertos) e algumas adequações que são necessárias para melhor funcionamento das moradias.
86.	Folha de São Paulo	André Malavasi, Luis Sakamoto e Luiz Gebrim: Projeto Gravius	03/09/2014	Programas de contracepção para mulheres usuárias de crack.
87.	Folha de São Paulo	Flautista retoma carreira que foi interrompida pelo vício do crack	18/08/2014	Fala sobre carreira de músico que foi prejudicada pelo uso do crack; internação, homicídio, vulnerabilidade.
88.	Folha de São Paulo	Quadrilha suspeita de comandar tráfico na Cracolândia é presa em SP	11/08/2014	Tráfico de crack, repressão, combate.
89.	Folha de São Paulo	Domingo em São Paulo	09/08/2014	Fala sobre a realidade das ruas de SP e a incidência de mulheres grávidas na Cracolândia.

90.	Folha de São Paulo	Empresa contrata beneficiários de programa anti-crack da prefeitura	06/08/2014	Aborda o programa da prefeitura Braços Abertos programas de redução de danos e opções de trabalho aos usuários de crack.
91.	Folha de São Paulo	Ballet Bolshoi seleciona meninas da região da Cracolândia	03/08/2014	Uso da dança para prevenção ao uso de drogas, seleção de crianças na Cracolândia.
92.	Folha de São Paulo	Programa anti-crack recebe arma de choque em Ribeirão Preto	29/07/2014	Uso de armas para enfrentamento do uso de crack (repressão policial).
93.	Folha de São Paulo	Após demissões, usuários entram em 'greve' em centro anticrack	26/07/2014	Usuários reivindicam a volta de profissionais em projeto social. Fala sobre repressão e violência.
94.	Folha de São Paulo	Príncipe Harry causa tumulto na região da Cracolândia	26/07/2014	Fala da visita do príncipe à Cracolândia, traz falas de usuários.
95.	Folha de São Paulo	Dependentes da Cracolândia ganham centro de convivência	26/07/2014	Fala da construção de novo projeto social na Cracolândia, integração social. Traz falas de usuários.
96.	Folha de São Paulo	Vestido de 'Batman', empresário de SP persegue e prende ladrão de celular	19/06/2014	Dependente de crack que comete crime e já foi internado várias vezes.
97.	Folha de São Paulo	Programa anti-HIV é ampliado após explosão no nº de usuários de	17/06/2014	Fala do aumento de casos de HIV em usuários de crack e ampliação do

		crack em Ribeirão		programa.
98.	Folha de São Paulo	Há 26 anos na Consolação, livraria fecha por causa de crack no vizinho	13/06/2014	Fala da troca de local de uma livraria por estar sem segurança perto da Cracolândia, traz o medo da comunidade.
99.	Folha de São Paulo	PSDB paulista levará ex-usuária de crack a programa partidário na TV	04/06/2014	Utilização da imagem de usuários de crack em tratamento para programa político partidário.
100.	Folha de São Paulo	Ribeirão Preto (SP) terá leito para viciados em crack	22/05/2014	Fala sobre ampliação do atendimento a usuários de crack – Programa Recomeço (estado de SP).
101.	Folha de São Paulo	O cercadinho de Haddad	22/05/2014	Comenta a estratégia de excluir/separar usuários com utilização de cercado na Cracolândia.
102.	Folha de São Paulo	Prefeitura começa a avaliar dados de programa para dependentes	19/05/2014	Avaliação de programa da prefeitura de SP (RD) – Braços Abertos.
103.	Folha de São Paulo	Lojista afirma que planeja empregar usuários de droga em SP	18/05/2014	Fala de comerciante que planeja dar emprego a ex-dependentes químicos (Braços Abertos).
104.	Folha de São Paulo	Prefeitura de SP vai 'demitir' usuário de crack que não trabalhar	18/05/2014	Fala da demissão de usuários participantes do programa social que não cumprem sua jornada de trabalho (RD/Braços Abertos).

105.	Folha de São Paulo	Haddad aluga alojamento para viciados na região do parque D. Pedro	16/05/2014	Fala de projeto de redução de danos e criação de novas moradias para dependentes – Braços Abertos.
106.	Folha de São Paulo	Para Haddad, 'cercadinho' na Cracolândia ainda será compreendido	14/05/2014	Comenta a estratégia de excluir/separar usuários com utilização de cercado na Cracolândia.
107.	Folha de São Paulo	Prefeitura faz 'cercadinho' para usuários de crack no centro de SP	14/05/2014	Fala da estratégia de excluir/separar usuários com utilização de cercado na Cracolândia.
108.	Folha de São Paulo	Maior parte dos viciados parou de trabalhar em programa da prefeitura	11/05/2014	Fala sobre programa da prefeitura de SP (Braços Abertos) e suas dificuldades.
109.	Folha de São Paulo	Homem faz passageira refém dentro de ônibus no Rio de Janeiro	10/05/2014	Usuário de crack faz uma refém no ônibus. Decorrência do uso é criminalidade, delírios. Repressão como estratégia.

Fonte: Próprio do autor

Tabela 1 - Características gerais das 109 reportagens sobre crack divulgadas em dois jornais brasileiros, nos anos de 2014 e 2015.

JORNAL	n	%
CARTA CAPITAL	6	5,5
FOLHA DE SÃO PAULO	103	94,50

FONTE DAS INFORMAÇÕES *		
POLÍTICOS	43	39,45
PROFISSIONAIS JURÍDICOS	22	20,18
USUÁRIOS	18	16,51
PROFISSIONAIS DA SAÚDE	16	14,68
COMUNIDADE	16	14,68
ESPECIALISTAS EM ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	11	10,09
PESQUISA CIENTÍFICA	9	8,26
REPRESENTANTES RELIGIOSOS	4	3,67
FAMILIARES DO USUÁRIO	3	2,75
LEIS E/OU PORTARIAS	1	0,92
OUTRAS	7	6,42
NÃO INFORMADA	19	17,43

Fonte: Próprio do autor

Tabela 2 - Decorrências uso de crack, tendo como referência as 109 reportagens divulgadas em dois jornais brasileiros, nos anos de 2014 e 2015.

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS*	n	%
TRÁFICO	46	42,20
CONFRONTO COM A POLÍCIA	17	15,60
ROUBOS E/OU FURTOS	13	11,93
VULNERABILIDADE SOCIAL	12	11,01
PROSTITUIÇÃO	8	7,34
EXCLUSÃO SOCIAL	7	6,42
CRIMINALIDADE SEM ESPECIFICAÇÃO	5	4,59
VIOLÊNCIA SEXUAL		3,67
HOMICÍDIOS	3	2,75
BRIGAS E/OU COMPORTAMENTO AGRESSIVO	3	2,75

CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E/OU PSICOLÓGICAS*	Consequências físicas e/ou psicológicas*	Consequências físicas e/ou psicológicas*
DEPENDÊNCIA	83	76,15
DSTS E OUTRAS DOENÇAS ASSOCIADAS	5	4,59
EMAGRECIMENTO E/OU DESNUTRIÇÃO	4	3,67
SÍNDROME DE ABSTINÊNCIA	3	2,75
SOFRIMENTO PSÍQUICO	2	1,83
DELÍRIOS E/OU ALUCINAÇÕES	2	1,83
COMORBIDADES PSIQUIÁTRICAS	2	1,83
NÃO INFORMADO		0,92

*A mesma notícia pode mencionar mais de uma consequência, por isso a soma das porcentagens pode ser superior a 100%.

Fonte: Próprio do Autor

Tabela 3 - Alternativas para lidar com os problemas decorrentes do uso de crack, tendo como referência as 109 reportagens divulgadas em jornais brasileiros, nos anos de 2014 e 2015

ALTERNATIVAS MENCIONADAS*	n	%
TRATAMENTO	68	69,32
REPRESSÃO	43	39,45
REDUÇÃO DE DANOS	36	33,03
LEGISLAÇÃO	9	8,26
PREVENÇÃO	5	4,59
INCLUSÃO SOCIAL	4	3,67
NÃO INFORMADO	6	5,50

ALVO DA REPRESSÃO		
TRÁFICO/TRAFICANTE	30	27,52
USO/USUÁRIO	29	26,61
DISPOSITIVOS DE SAÚDE		
CLÍNICAS PRIVADAS	17	15,60
CAPS	14	12,84
HOSPITAL	9	8,26
AMBULATÓRIO/LEITOS SUS	8	7,34
UNIDADE DE ACOLHIMENTO	6	5,50
CRATOD	5	4,59
COMUNIDADE TERAPÊUTICA	4	3,67
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2	1,83
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA	2	1,83
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	1	0,92
SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO	1	0,92
CONSULTÓRIO NA RUA	1	0,92
NÃO INFORMADO	60	55,05
PROGRAMAS E/OU ESTRATÉGIAS DE TRATAMENTO		
DE BRAÇOS ABERTOS	49	44,95
RECOMEÇO	18	16,51
CRACK, É POSSÍVEL VENCER	8	7,34
PROJETO DA UNIFESP	6	5,50
CRISTOLÂNDIA	2	1,83
NOVA LUZ	1	0,92

PROJETO GRAVIUS	1	0,92
PROGRAMA DE VOLTA PRA CASA	1	0,92
É DE LEI	1	0,92
PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	1	0,92
NÃO INFORMADO	50	45,87

*A mesma notícia pode mencionar mais de uma alternativa, por isso a soma das porcentagens pode ser superior a 100%.

Fonte: Próprio do Autor

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack – Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Fundação Oswaldo Cruz, 2013. 27 p.

_____. Portaria nº 1.028 de 01 de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html> Acesso em: 29 mai 2015.

BÜCHELE, F. et al. A promoção da saúde enquanto estratégia de prevenção ao uso das drogas. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 267-273, jul. 2009.

CARMO, S. G. Hotel em Campos Elíseos será 'filial' da cracolândia, diz moradora do bairro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. Cotidiano. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1617415-hotel-em-campos-eliseos-sera-filial-da-cracolandia-diz-moradora-do-bairro.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015

CHAGAS, A. T., SEEGER, F. D. Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.38, p.145-177, 2013.

COLLUCCI, C. Mulheres são as mais vulneráveis nas crackolândias. Folha de São Paulo, São Paulo. 16 dez. Colunistas. 2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2014/12/1562850-mulheres-sao-as-mais-vulneraveis-nas-cracolandias.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015

CRUZ, M.S., VARGENS, R.W. e RAMÔA, M.L. Crack, uma abordagem multidisciplinar. In: SENAD. Prevenção ao uso indevido de drogas. Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. Brasília: SENAD, p.194-214, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ex-viciado, astro de 'Mad Max' diz que, no passado, venderia a mãe por pedra de crack. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 mai. Celebidades. 2015. Disponível em:
<<http://f5.folha.uol.com.br/celebidades/2015/05/1630022-ex-viciado-astro-de-mad-max-diz-que-no-passado-venderia-a-mae-por-pedra-de-crack.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015.

FRÚGOLI, H., SPAGGIARI, E. Networks and Territorialities: an ethnographic approach to the so-called crackolândia [“crackland”] in São Paulo. Vibrant, v.8, n.2, 2011.

GALTUNG, J., HOLMBOE, M. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: Bacelar A. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2a ed. Lisboa: Vega, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: BACELAR, A. (editor). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2a ed. Lisboa: Veja; 1999.

MACHADO, L. V.; BOARINI, L. M. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia da redução de danos. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 33, n. 3, p. 580-595. 2013.

MANZINI, G., IARAK, A. Príncipe Harry causa tumulto na região da cracolândia. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 jun. Celebidades. 2014. Disponível em:

<<http://f5.folha.uol.com.br/celebidades/2014/06/1476719-principe-harry-causa-tumulto-na-regiao-da-cracolandia.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015

MINAYO. M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

NOTO, A. R. et al. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 69-79, jan.-fev. 2003.

OLIVEIRA, L. R.; NAPPO, A. S. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 664-671. 2008.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? Psicologia, Ciência e Profissão. Brasília, v. 32, n.1, p. 82-97, 2012.

_____. Mídia, ideologia e cocaína (Crack): produzindo “refúgio humano”. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 373-382, 2013.

SANT’ANNA, E., BERGAMIM, G., BERGAMO, M. Cracolândia, 20: área de consumo livre da droga se popularizou em 1995. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 mai. Cotidiano. 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1629910-area-de-consumo-livre-da-droga-cracolandia-se-popularizou-ha-20-anos.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015

SANTOS, M.F. et al. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 29, n.3, pp. 379-386, 2012.

SOUSA, A. P. Intervenções artísticas chegam à Cracolândia. Carta Capital. 20 jun. Cultura. 2014. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/revista/804/pedras-musicas-palavras-e-afeto-6060.html>> Acesso em: 29 mai 2015

TURTELLI, C. Crack chega a filhos de boias-frias na região de Ribeirão Preto. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 jan. Cotidiano. 2015.

Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2015/01/1569978-crack-chega-a-filhos-de-boias-frias-na-regiao-de-ribeirao-preto.shtml>>

Acesso em: 29 mai 2015

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **Word drug Report 2011**. United Nations. New York, 2011.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a apresentar apenas uma perspectiva, dentre inúmeras, a respeito do enfoque da mídia sobre o crack. Entende-se que o uso de drogas de maneira geral se constitui num fenômeno de grande complexidade e com possibilidades de entendimento e compreensão sob muitas vias: políticas, sociais, ideológicas, religiosas, culturais, econômicas, dentre outras. Por esse motivo, acredita-se que os resultados dessa pesquisa não esgotam o tema, mas abrem caminho e apontam direcionamentos para novas discussões sobre o assunto e, deixam sua contribuição para reflexões posteriores.

Lançar um olhar para a abordagem da mídia sobre a droga crack, possibilita compreender que há uma grande diferenciação na forma pela qual as substâncias psicoativas são veiculadas, principalmente entre as lícitas e ilícitas. De um lado, permanecem as propagandas estimuladoras do uso de álcool, colocando os usuários em uma posição de valor e destaque. Do outro, ficam os discursos alarmantes sobre o crack e suas consequências, além do ressalve da situação degradante dos usuários e o prejuízo à sociedade.

Essa contradição, apesar de não poder ter sido aprofundada por extrapolar a pretensão deste trabalho, reflete na forma como o usuário de crack é recebido pelos diversos setores da sociedade incluindo serviços de saúde, locais de trabalho e família. Nesse sentido, estudos que aprofundem essa questão, podem ser muito relevantes partindo do pressuposto que a mídia possui papel de destaque na construção de crenças e informações da população, bem como do desenvolvimento de uma consciência crítica.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. C.; MALVASI, P. A. Aspectos transculturais, sociais e ritualísticos da dependência química. In: DIEHL et al. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ANDI - AGÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Mídia e drogas**. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, A. G.; ANTHONY, J. C. **Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual**. Minha Editora. Barueri, SP, 2009.

ANDRADE, T. M. Reflexões sobre políticas de drogas no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n.12, p. 4665 – 4674. 2011.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 4.345, de 26 de agosto de 2002. Institui a Política Nacional Antidrogas (PNAD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4345.htm> Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. Portaria nº 2.197, de 14 de outubro de 2004. Redefine e amplia a atenção integral para usuários de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2197_14_10_2004.html> Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006a. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. Decreto Presidencial nº 5912, de 23 de agosto de 2006b. Regulamenta a Lei nº 11.343 que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5912.htm> Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 1.190, de 4 de junho de 2009. Institui o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS e define suas diretrizes gerais, ações e metas.

Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1190_04_06_2009.html. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. Decreto Presidencial nº 7.179 de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm> Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. Decreto Presidencial nº 7.637, de 08 de dezembro de 2011. Altera o Decreto nº 7.179 que instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7637.htm. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack – Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Fundação Oswaldo Cruz, 2013. 27 p.

BÜCHELE, F. et al. A promoção da saúde enquanto estratégia de prevenção ao uso das drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 267-273, jul. 2009.

CARLINI, E. et al. VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 capitais Brasileiras. São Paulo: **CEBRID**. Brasília. 503, p. 2010.

CARMO, S. G. Hotel em Campos Elíseos será 'filial' da cracolândia, diz moradora do bairro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 abr. Cotidiano. 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1617415-hotel-em-campos-eliseos-sera-filial-da-cracolandia-diz-moradora-do-bairro.shtml> Acesso em: 29 mai 2015

CHAGAS, A. T. S. Estratégias de midiaticização das drogas. **Estudo de uma campanha de prevenção às drogas promovida na CTDIA**. São Leopoldo. Tese (Doutorado em Comunicação), UNISINOS, 2009.

CHAGAS, A. T., SEEGER, F. D. Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.38, p.145-177, 2013.

CIARLO, T. B., MASTROIANNI, F.C. Considerações sobre a influência dos meios de comunicação no consumo de bebidas alcoólicas e sua relação com as políticas de saúde pública. **Revista Uniara**, v. 13, n. 1, p.149-157, jul. 2010.

COLLUCCI, C. Mulheres são as mais vulneráveis nas cracolândias. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 16 dez. Colunistas. 2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2014/12/1562850-mulheres-sao-as-mais-vulneraveis-nas-cracolandias.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015.

CRUZ, M. S. O avanço do consumo como possibilidade para que a prática psiquiátrica entre em ação. Crack: especialistas debatem desafios no enfrentamento da droga. **Debates, Psiquiatria hoje**. Ano 3, n.2, p. 14 -17. Ed. Aguiar, 2010.

CRUZ, M.S., VARGENS, R.W.; RAMÔA, M.L. Crack, uma abordagem multidisciplinar. In: SENAD. **Prevenção ao uso indevido de drogas**: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. Brasília: SENAD, p. 194-214, 2011.

CUNDA, M. F, SILVA, R. A. N. O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 245-255, 2014.

DALBOSCO, C. Política Nacional sobre Drogas e o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. **Oficina A Assistência Social no Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas**: um debate necessário. 2011.

DUARTE, P. C. A. V; DALBOSCO, C. A política e a legislação brasileira sobre drogas. In: **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. Brasília: SENAD, p. 17 – 38. 2011.

_____. A política e a legislação brasileira sobre drogas. In: **Prevenção do uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho: conhecer para ajudar**. 3 ed. Brasília: SENAD, p.280 -294. 2012.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. **Relatório Mundial sobre Drogas 2011**. Nova York: Nações Unidas, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ex-viciado, astro de 'Mad Max' diz que, no passado, venderia a mãe por pedra de crack. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 mai. Celebidades. 2015. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/celebidades/2015/05/1630022-ex-viciado-astro-de-mad-max-diz-que-no-passado-venderia-a-mae-por-pedra-de-crack.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015.

FRÚGOLI, H., SPAGGIARI, E. Networks and Territorialities: an ethnographic approach to the so-called cracklândia [“crackland”] in São Paulo. **Vibrant**, v.8, n.2, 2011.

GALTUNG, J., HOLMBOE, M. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: Bacelar A. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. 2a ed. Lisboa: Vega, 1999.

GALDURÓZ, J. C. F. et al. Uso de drogas psicotrópicas no Brasil: pesquisa domiciliar envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2001. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.13, p. 888-895, set-out. 2005

GASTALDO, E., BRITTOS, V.C. Mídia, poder e controle social. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 121-133. jul./dez. 2006.

GIACOMOZZI, A. I. et al. Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas

participantes do programa saúde do escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 612-622. Set. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARESCHI, P. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2003. 380 p.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: BACELAR, A. (editor). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. 2a ed. Lisboa: Veja; 1999.

HARTMAN, D.M., GOLUB, A. The social construction of the crack epidemic in the print media. **Journal of psychoactive drugs**. v. 31, n. 4, p. 423-433. out. - dez. 1999.

HOFLING, H. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v.21, n.55, p. 30-41. 2001.

HUMPHRIES, D. Crack mothers at 6. **Violence Against Women**, v. 4, n.1, p. 45- 62, 1998.

JORGE, M.S. et al. Ritual de consumo do crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para saúde dos usuários. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.18, n.10, p. 2909-2918, out. 2013.

LABATE, B. C. et al. (orgs). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

MACHADO, L. V.; BOARINI, L. M. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia da redução de danos. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 33, n. 3, p. 580-595. 2013.

MANZINI, G., IARAK, A. Príncipe Harry causa tumulto na região da cracolândia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. Celebidades. 2014. Disponível em:

<<http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2014/06/1476719-principe-harry-causa-tumulto-na-regiao-da-cracolandia.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015.

MENEGON, V.S.M. Crise dos serviços de saúde no cotidiano da mídia impressa.

Psicologia & Sociedade. Rio de Janeiro, v.20. p. 32-40. 2008.

MEDEIROS, R. Construção social das drogas e do crack e as respostas institucionais e terapêuticas instituídas. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.23, n.1, p.105-117, 2014.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, J. R.; FIGUEIREDO, J. S. **Deixa eu falar sobre... crack: uma conversa direta e franca sobre esta droga, caderno da família**. Curitiba, Aymarã Educação. 2012.

NAPPO, S. A., GALDURÓZ, J. C., NOTO, A. R. Crack use in São Paulo. **Substance use & misuse**, v. 31, n.5, p. 565-579. 1996.

NAPPO, S. A.; OLIVEIRA, E. M. & MOROSINI, S. Inappropriate prescribing of compounded antiobesity formulas in Brazil.

Pharmacoepidemiology and Drug Safety, v.7, p. 207-212, 1998.

NAPPO, S. A., SANCHEZ, Z. M., RIBEIRO, L. A. Is there a crack epidemic among students in Brazil? Comments on media and public health issues. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 1643-1649, set, 2012.

NETO, M. L. A., SANTOS, M. F. S. Alterity and Identity Refusal: The Construction of the Image of the Crack User. **Paidéia**, v. 24, n.59, p. 389-396, 2014.

NICASTRI, S. Drogas: classificação e efeitos no organismo. In: **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. Brasília: SENAD, p. 17 – 38. 2011.

NOTO, A. R., Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 69-79, jan.-fev. 2003.

NOTO, A. R., BOUER, J. As drogas e os meios de comunicação. In: **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. Brasília: SENAD, p. 17 – 38. 2011.

NOTO, A.R. et al. **Levantamento nacional sobre uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras** – 2003. São Paulo: SENAD/CEBRID; 2003.

OLIVEIRA, L. R.; NAPPO, A. S. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 664-671. 2008.

PRATA, E. M. M., SANTOS, M. A. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. **Estudos de Psicologia**, v.11, n.3, p. 315 – 322. 2006.

RAUPP, L., ADORNO, R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.5, 2011.

REBELO, I. B.; STEMPLIUK, V. A. Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID): tecnologia para construção de portais, **Inclusão Social**, v.2, n.1, 2007.

RIBEIRO-ARAÚJO, M., LARANJEIRA, R., DUNN, J. Cocaína: bases biológicas da administração, abstinência e tratamento. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. p. 497-511. 1998.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 32, n.1, p. 82-97, 2012.

_____. Mídia, ideologia e cocaína (Crack): produzindo “refúgio humano”. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 373-382, 2013a.

_____. Mídiação do crack e estigmatização: corpos habitados por histórias e cicatrizes. **Interface**, Botucatu, v.18, n.49, p. 363-376. 2013b.

_____. Mídiação da Cultura, Criminalização e Patologização dos Usuários de Crack: Discursos e Políticas. **Temas em Psicologia**, v. 21, n.2, p.483-497, 2013c.

RONZANI, T. et al. Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 5, v. 14, p. 1751-1761, dez. 2009.

RONZANI, T. M., MOTA, D. B. Políticas de saúde para a atenção integral a usuários de drogas. In: **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. Brasília: SENAD, p. 17 – 38. 2011.

ROSO, A. et al. Discourses about crack in the printed mass media. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.30, n.3, p.455-465, 2013.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, M.F. et al. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 29, n.3, pp. 379-386, jul.-set. 2012.

SANT'ANNA, E., BERGAMIM, G., BERGAMO, M. Cracolândia, 20: área de consumo livre da droga se popularizou em 1995. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mai. Cotidiano. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1629910-area-de-consumo-livre-da-droga-cracolandia-se-popularizou-ha-20-anos.shtml>> Acesso em: 29 mai 2015.

SOUSA, A. P. Intervenções artísticas chegam à Cracolândia. **Carta Capital**. 20 jun. Cultura. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/804/pedras-musicas-palavras-e-afeto-6060.html>> Acesso em: 29 mai 2015.

SOUSA, F. S. P.; OLIVEIRA, E. N. Caracterização das internações de dependentes químicos em Unidade de Internação Psiquiátrica do Hospital Geral. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, mai. 2010.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2007. 427 p.

TURTELLI, C. Crack chega a filhos de boias-frias na região de Ribeirão Preto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jan. Cotidiano. 2015.
Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2015/01/1569978-crack-chega-a-filhos-de-boias-frias-na-regiao-de-ribeirao-preto.shtml>>
Acesso em: 29 mai 2015.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **Word drug Report 2011**. United Nations. New York, 2011.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 2a ed. Lisboa: Presença; 1992.